

# apartes

NÚMERO 24 - MARÇO-JUNHO/2017

Distribuição gratuita



## Escravidão moderna

Vereadores aprovam multa de até R\$ 100 milhões a empresas que submetem trabalhadores a condições degradantes



### Artistas ou vândalos?

Lei impõe limites à arte de rua e endurece combate a pichadores

### Antonio Prado

O prefeito que trouxe o bonde elétrico para São Paulo



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Mesa Diretora

**Presidente:** Milton Leite (Democratas)  
**1º Vice-Presidente:** Eduardo Tuma (PSDB)  
**2º Vice-Presidente:** Edir Sales (PSD)  
**1º Secretário:** Arselino Tatto (PT)  
**2º Secretário:** Celso Jatene (PR)  
**1º Suplente:** Gilberto Nascimento (PSC)  
**2º Suplente:** Ota (PSB)  
**Corregedor:** Souza Santos (PRB)

### Vereadores da 17ª Legislatura (2017-2020)

Abou Anni (PV) - suplente, Adilson Amadeu (PTB), Adriana Ramalho (PSDB), Alessandro Guedes (PT), Alfredinho (PT), Aline Cardoso (PSDB), André Santos (PRB), Antonio Donato (PT), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Nomura (PSDB), Caio Miranda Carneiro (PSB) - suplente, Camilo Cristóforo (PSB), Celso Jatene (PR), Claudinho de Souza (PSDB), Claudio Fonseca (PPS), Conte Lopes (PP), Dalton Silvano (Democratas) - suplente, Daniel Annenberg (PSDB) - licenciado, David Soares (Democratas), Edir Sales (PSD), Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB) - licenciado, Fabio Riva (PSDB), Fernando Holiday (Democratas), George Hato (PMDB), Gilberto Nascimento (PSC), Gilberto Natalini (PV) - licenciado, Gilson Barreto (PSDB), Isac Felix (PR), Jair Tatto (PT), Janaina Lima (NOVO), João Jorge (PSDB), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Mario Covas Neto (PSDB), Milton Ferreira (Podemos), Milton Leite (Democratas), Noemi Nonato (PR), Ota (PSB), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Frange (PTB), Reginaldo Tripoli (PV), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PROS), Rinaldi Digilio (PRB), Rodrigo Goulart (PSD), Rute Costa (PSD), Sâmia Bomfim (PSOL), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Soninha (PPS), Souza Santos (PRB), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Zé Turin (PHS).

### Expediente

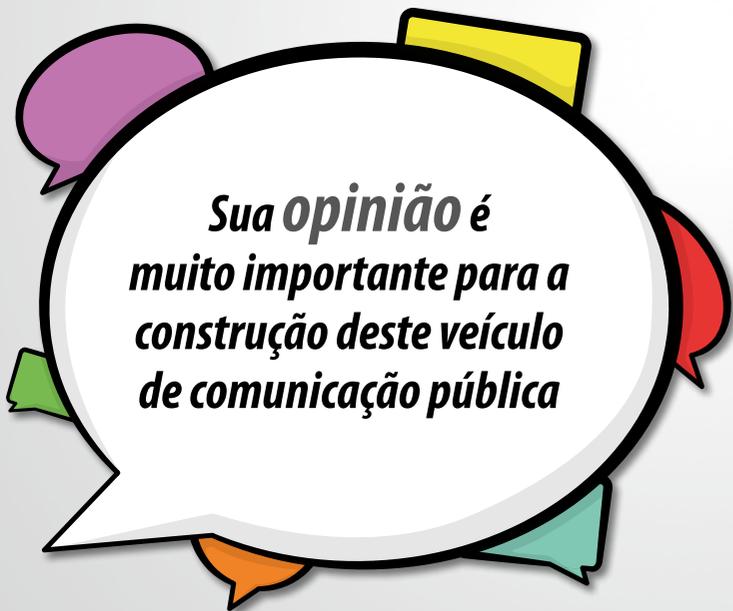
**Editor executivo:** Eron Almeida Santana  
**Elaboração:** CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP  
**Editor:** Sândor Vasconcelos  
**Editora assistente:** Gisele Machado  
**Repórteres:** Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia  
**Editoração e arte:** Elton Jhones Pereira, Erick Paulino de Souza, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves  
**Apoio jornalístico:** Assessoria de Imprensa da Presidência  
**Fotografia:** Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez  
**Apoio e expedição:** Bruno Ribeiro  
**Mídias sociais:** Lívia Tamashiro  
**Estagiários:** Caroline Pereira, Julia Gemignani, Juliana dos Reis, Luana Maciel, Pedro Chamie, Renata Oliveira e Vitor Santos  
**Unidades de apoio:** Procuradoria da CMSP  
 Secretaria Geral Parlamentar - SGP  
 Secretaria de Documentação - SGP.3  
 Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1  
 Secretaria de Infraestrutura - SGA.3  
 Equipe de Garagem e Frota - SGA.33  
**Impressão e acabamento:** Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP  
**Capa:** MPT-SP (foto principal) e Erick Paulino de Souza/CMSP (foto menor)

### Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista  
 São Paulo - SP - CEP 01319-900  
 Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: [apartes@camara.sp.gov.br](mailto:apartes@camara.sp.gov.br)  
 Versão digital disponível em: [www.camara.sp.gov.br/apartes](http://www.camara.sp.gov.br/apartes)

**Tiragem:** 16.000 exemplares  
**Fechamento desta edição:** 6/6/2017

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal [www.camara.sp.gov.br/apartes](http://www.camara.sp.gov.br/apartes).



Entre em contato:  
[apartes@camara.sp.gov.br](mailto:apartes@camara.sp.gov.br)

Siga:  
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:  
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:  
[www.camara.sp.gov.br/apartes](http://www.camara.sp.gov.br/apartes)

# apartes



# 8



# 12



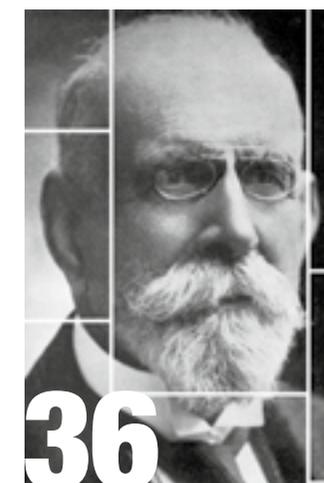
# 22



# 24



# 32



# 36

# SUMÁRIO

- 4 **Clique Paulistano**
- 6 **Palavra do Presidente**
- 6 **Notas**
- 8 **Com a palavra**  
Sérgio Vaz
- 12 **Direitos humanos**  
Fábricas de suor e sofrimento
- 22 **CMSP 360°**  
10 leis pró-animais da CMSP
- 24 **Cultura**  
Zona cinzenta
- 32 **Desarquivando**  
Tinta fresca, briga antiga
- 36 **Perfil » Antonio Prado**  
São Paulo nos trilhos



MUBE Museu Brasileiro da Escultura



Pinacoteca



Milton Leite | Presidente da CMSP

## PALAVRA DO PRESIDENTE



Desde os primeiros dias deste ano, a Câmara Municipal de São Paulo tem trabalhado para a cidade antenada com os tempos de crise econômica que afeta o país. Além de cumprir sua função de Poder Legislativo, tem atuado para cortar gastos e se ajustar ao atual momento difícil.

O primeiro grande resultado foi a economia de R\$ 30 milhões conseguida só nos primeiros três meses do ano. O dinheiro já foi devolvido aos cofres municipais e será investido em prioridades da Prefeitura, como saúde e educação.

Fora dessa conta, outras reduções foram realizadas. A folha de pagamento teve um corte de R\$ 6,3 milhões em reajustes do quadro funcional. Uma parte desse montante se refere à saída de servidores que atingiram a chamada aposentadoria compulsória.

Desde janeiro, uma comissão de servidores realiza uma série de conversas com fornecedores e prestadores de serviços. O objetivo é renegociar todos os contratos vigentes. Espera-se economizar até 15%.

Decisão da Mesa também mandou cortar os salários acima do teto constitucional de cerca de 300 servidores. A medida está sendo tomada de forma escalonada após análise caso a caso da Procuradoria Legislativa.

A ação vai resultar em redução da folha de pagamento da Casa da ordem de R\$ 20 milhões. Na Câmara, há dois tetos constitucionais: um de R\$ 24.165,87 (para quase todos os servidores) e outro de R\$ 30.417,10 (procuradores).

Cabe dizer que cortes, sobretudo do quadro funcional, não são medidas que esta Mesa Diretora gostaria de realizar. Adotar essas medidas é uma tarefa indigesta e a Câmara não toma essas decisões com prazer ou desprazer. Tem de adotá-las para não prevaricar, para não gastar dinheiro público além do necessário.

É preciso ter em mente a responsabilidade dos gestores de recursos públicos. Quando a receita cai – exatamente o que se dá neste momento –, não há outra saída a não ser reduzir as despesas para manter o equilíbrio financeiro.

Assim, o Legislativo paulistano seguirá sua caminhada para ajudar a fazer de São Paulo uma cidade cada vez melhor para seus moradores.

Foto: Gute Garbelotto/CMSP

## CPI de vereadoras investiga vulnerabilidade das mulheres

Pela primeira vez a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) composta apenas por vereadoras. O objetivo do grupo é investigar a condição de vulnerabilidade das mulheres, abrangendo as causas de desigualdades econômicas, sociais e a dificuldade de ascensão no mercado de trabalho.

A CPI é presidida por Aline Cardoso (PSDB), com Soninha (PPS) no cargo de vice-presidenta. Edir Sales (PSD) ocupa a relatoria e Sâmia Bomfim (PSOL), Adriana Ramalho (PSDB) e Sandra Tadeu (DEM) as sub-relatorias. Também fazem parte da CPI Juliana Cardoso (PT), Noemi Nonato (PR) e Rute Costa (PSD).

## Ouvidoria atende por Whatsapp

Os cidadãos já podem entrar em contato com a Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo pelo aplicativo de celular Whatsapp - (11) 94153-3277. O novo canal integra uma rede de comunicações que também conta com atendimento presencial (Viaduto Jacareí, 100 - 1º subsolo, sala 29), por telefone (0800-3-226272), e-mail ([ouvidoria@camara.sp.gov.br](mailto:ouvidoria@camara.sp.gov.br)), portal ([camara.sp.gov.br/fale-conosco/ouvidoria](http://camara.sp.gov.br/fale-conosco/ouvidoria)) e Facebook ([facebook.com/camarasaopaulo](https://www.facebook.com/camarasaopaulo)). A Ouvidoria recebe sugestões, reclamações e pedidos de informações.



**(11)94153-3277**



A Orquestra Corpo Musical Escoteiro apresentou-se na sessão solene de entrega do **Prêmio Escotista Mário Covas Júnior de Ação Voluntária**, realizada em 25 de abril, no Salão Nobre da CMSP. A homenagem é entregue a pessoas e instituições que incentivam o escotismo e ações educacionais.

## Artistas de rua, guardas e PMs são homenageados

A Câmara de São Paulo premiou bombeiros, policiais, guardas civis metropolitanos (GCMs) e artistas do hip-hop com a entrega de três prêmios.

O **Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas**, concedido anualmente aos cinco bombeiros que se destacaram durante o ano, foi entregue em 13 de março. Por critérios como resgates bem-sucedidos e alto comprometimento profissional, os ho-

menageados foram os subtenentes Levi Firmino da Silva e Osvaldo Carvalho da Cruz, os primeiros-sargentos José Jesus do Nascimento e Sidnei Cesar Soares de Lima e o cabo Milton Teixeira da Silva. Em comemoração ao Dia da Mulher, a cabo Adriana Soares, representando as mulheres bombeiras, também recebeu uma homenagem.

Para artistas que fortalecem a cena hip-hop, a Câmara entregou o **Prêmio Sabotage** em 21 de março. Os ganhadores foram: DJ Erry-g (melhor DJ), grupo DMN (melhor MC), Riska (melhor grafiteiro) e Ivo Alcântara (melhor dançarino).

Os policiais militares, civis e guardas civis metropolitanos (GCMs) que sobressaíram nos ser-

viços prestados à sociedade paulistana em 2016 receberam, em 20 de abril, a **Medalha Tiradentes** e o **Diploma de Reconhecimento**. Os homenageados foram o segundo-sargento Vera Lúcia Rocha, o delegado Fábio Nelson Fernandes e o GCM Classe Especial Marcos Antônio Pinto de Moraes.

## ERRATA

No infográfico *10 pioneiros da Câmara*, publicado na edição 23 da **Apartes**, a legenda correta para a imagem dos primeiros vereadores paulistanos é: Garcia Rodrigues & Antônio Cubas.

# Sérgio Vaz

Um dia, Sérgio Vaz descobriu as metáforas. Virou poeta. E decidiu levar a literatura para todas as pessoas

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br  
Colaborou Renata Oliveira  
renataoliveira-cci3est@camara.sp.gov.br

Quem vê do lado de fora as casas simples do Jardim Clementino, em Taboão da Serra (Grande São Paulo), não imagina que, ao entrar em uma delas, vai encontrar no quintal uma estátua de 2 metros em metal de Dom Quixote e os versos “Meu coração é cheio de pássaros. Por isso nunca me dei bem com gaiolas” e “Milagres acontecem quando a gente vai à luta” decorando as paredes em estêncil e cartazes.

A presença da poesia e do cavaleiro espanhol, padroeiro dos sonhadores, soa menos deslocada para quem sabe que naquela casa mora o poeta e agitador cultural Sérgio Vaz, 52 anos. Cansado de sofrer com a solidão de ser um dos únicos leitores de seu bairro, Vaz tratou de espalhar a literatura entre os moradores da periferia ao criar o Sarau da Cooperifa, um dos primeiros marcos do movimento de saraus literários periféricos que se espalhou pelo País.

Autor de oito livros, Vaz recebeu diversos prêmios por sua luta quixotesca pela literatura, entre eles o Trip Transformadores, o Governador do Estado, o Amigo do Livro e o Título de Cidadão Paulistano da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), concedido pelo então vereador



“*Tem que mostrar que a literatura é legal como funk, sertanejo, samba*”

Nabil Bonduki, em 2015. Sua trajetória virou enredo da escola Imperatriz do Samba (de Taboão da Serra) em 2012, com o nome “Sérgio Vaz, Poeta da Periferia”.

## Você já escreveu que “ser artista no Brasil não é privilégio, é castigo”. Como arrumou esse castigo para sua vida?

Imagina um cara querendo ser artista no final dos anos 70 na periferia de São Paulo, onde as ruas não tinham nem asfalto, no Jardim Guarujá, divisa com o Parque Santo Antônio, que em 1996 foi eleito pela ONU um dos lugares mais violentos do mundo. Eu não conseguia entender qual era a minha. Era interessado por literatura, mas ainda não tinha o sonho. Isso é um castigo. Sua família fala “você tem que trabalhar”. Porque, naquela

época, se ganhasse R\$ 10 mil fazendo poesia e R\$ 1 mil com carteira registrada, a família preferia a carteira. Até porque era o documento que você tinha que levar, senão era preso por vadiagem.

## E como a literatura apareceu na sua vida?

Quando nós viemos de Ladainha, onde nasci, em Minas Gerais, meu pai trouxe o hábito da leitura. Na minha casa, mesmo simples, nunca faltou comida nem livros. Quando meu pai se separou da minha mãe,

eu fiquei mais tímido ainda, introvertido, e comecei a me interessar por literatura porque via meu pai lendo. E era muito louco porque eu era um dos poucos da minha turma que gostava de ler. Era tipo o “amigo gangorra”, quando eu sentava todo mundo levantava: “lá vem aquele cara falar de Jorge Amado...”. A minha sorte é que eu jogava futebol, então era mais tolerado. Às vezes eu ficava pensando: qual é a minha? Quando li *Dom Quixote*, eu me entendi: não sou um esquisito, sou um sonhador.

## O que é ser um sonhador?

Sonhador é aquele cara que insiste no velho, em querer que as pessoas ainda se amem, que não tenha racismo, homofobia, que não tenha pobreza. Isso é um sonhador. A gente sabe que não dá para acontecer, mas continua lutando. E eu entrei na poesia por causa da música. Até então, eu tinha vergonha de escrever poesia. As pessoas achavam que era coisa de gente fresca. Servi o Exército em 1983 e ainda não entendia direito o que era metáfora. Um dia, eu era cozinheiro, coloquei uma fita da Simone cantando Geraldo Vandré, *Para não dizer que não falei das flores*. Dentro do quartel, em plena ditadura militar, eu estava lá cantando a plenos pulmões enquanto mexia a panela: “vem, vamos embora que esperar não é saber”. O sargento veio louco gritando “isso é música de comunista!” e eu fui gostando. Quanto mais ele falava, eu pensava: “nossa, tudo isso nessa música?”. Foi aí que descobri as metáforas. Aconteceu um despertar para a poesia e não parei mais de ler. Comecei a ler Neruda com *Canto geral* e pensei: “pô, não é coisa de fresco, não, isso é coisa de revolucionário!”. Só que

AMOR AO PRÓXIMO  
É A ÚNICA RELIGIÃO  
QUE DEVERIA  
ACEITAR FANÁTICOS

Do livro *Flores de Alvenaria*

a poesia que gostava de fazer era aquela que eu gostava de ler: panfletária. Até hoje sou panfletário. Aí você começa a ler João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Carolina de Jesus, e gira.

## Como foi o processo do sonhador que, em vez de sonhar sozinho, juntou pessoas para sonharem juntas uma mudança da realidade?

Na verdade, foi por egoísmo. Eu não tinha ninguém para conversar sobre livros. A solidão dos livros é foda. Quando fui para o Bixiga [na região central de São Paulo] pela primeira vez, no meio dos anos 80, descobri que era pobre. Eu achava que não era pobre porque todo mundo tinha a mesma miséria em comum. Eu não conhecia outro bairro, então achava que o mundo inteiro era daquele jeito: sem asfalto, com crimes. Mas quando fui no Bixiga, num café vi a Rita Lee sentada, Cacá Rosset estava com uma peça, tinha o Luiz Melodia, cineclubes, essas coisas. Com o tempo, pensei: “mano, estou me parecendo com eles, mas não sou eles”. Aí foi que me bateu um negócio e eu falei: “a gente tem que fazer na nossa quebrada, nem que seja por inveja, mas vamos ter que fazer o que eles fazem”. Logo em seguida veio o rap, uma grande referência. Foi a primeira vez que alguém no rádio falou do meu bairro, além do Gil Gomes. Em 2000, estava lendo sobre a Semana de Arte Moderna de 22 e tive o insight de pedir emprestada uma fábrica abandonada em Taboão da Serra. Juntei umas pessoas, arrumei um som e aí apareceu gente. O nome era Cooperifa,



“Quando li Dom Quixote, me entendi: sou um sonhador”

Gilberto/MSP

mas não tinha esse intuito de hoje. O Ferréz lançou *Capão pecado* lá, fizemos exposição de fotografias, de quadro, o Kobra grafitou uma parede para nós. Só que aí o cara da fábrica se ligou, “vão tomar isso de mim”, porque estava ficando muito forte, aí boicotou o projeto. Fiquei mal para caramba, mas a gente fica mal dois dias. No terceiro já está dando soco na cara dos outros, porque de apanhar já estava à pampa. Estava bebendo com o Marco Pezão, ele me falou: “conheço um bar aí e o dono é de teatro”. Fomos lá e surgiu o sarau Cooperifa. Cada um fazia umas vinte poesias, tinha umas quinze pessoas, uma coisa meio rústica, mas foi se espalhando:

“tem um lugar aí em que o microfone é aberto, os caras são loucos, pode falar o que quiser, chega lá, faz a poesia e está tudo certo, é só dar o nome”. Encheu de gente, como se estivesse indo da senzala para um grande quilombo. Depois de quase dois anos, o cara vendeu o bar e nem avisou para a gente. Aí fomos para o Zé Batidão, um bar que tinha sido do meu pai, fui criado ali. Aí o bagulho endoidou e virou essa zona que é hoje.

## O que é o movimento dos saraus de periferia?

É a dessacralização da literatura. É quando a poesia desce do pedestal e beija os pés da comunidade. Qual-

quer um pode escrever. Você só tem que encontrar alguém que goste do que você escreva. Não pode mais ser a arte do privilégio. A gente também pode escrever, pode ler. Os saraus se espalharam e eu tenho viajado o Brasil inteiro, também fui para Alemanha, Inglaterra e México falar disso. As pessoas se apropriaram da literatura.

## Você vive de escrever?

Estou vivendo de escrever há uns dez anos. Esta casa eu tenho há cinco anos, [comprada] com a literatura, mas antes eu não tinha. Para você ver: um cara de 50 anos não ter uma casa própria. Eu não vivi de poesia, vivi para a poesia. Esse é meu trampo e tenho que viver dele. Agora mesmo, uma professora me convidou para um evento e queria que eu fizesse uma “fala de motivação” para os professores, mas não pagava ajuda de custo. Eu respondi: “então, não posso ir porque não estou motivado”. É o meu trabalho. Ainda que não seja bom ou importante, é o que eu tenho.

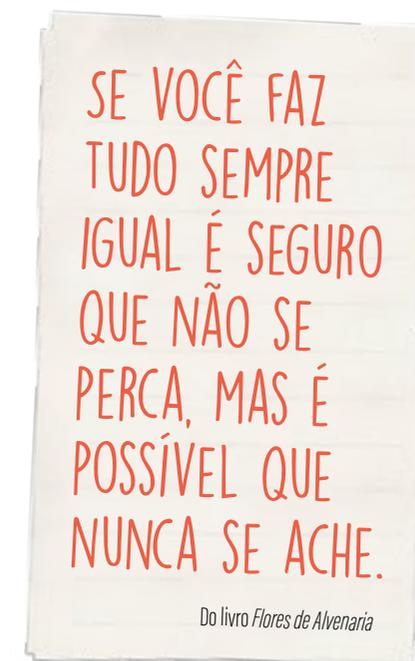
## Como você ajuda a convencer os outros a ler?

Não sei se eu ajudo. Vou lá dizer do que eu gosto e talvez eu diga com tanta ênfase que as pessoas começam a ler. Recebo cartas de alunos e jovens dizendo que começaram a ler livros que eu indiquei. Quando fiz palestra na Febem [atual Fundação Casa], usei Racionais para falar de poesia e os meninos descobriram que gostavam. Então é isso: usar elementos da literatura que se pareçam com as pessoas.

Fui numa escola um dia e um menino me falou para eu dar um bom motivo para ler. Eu disse: “quem lê xaveca melhor”. Você tem que mostrar que a literatura é legal como o funk, o sertanejo, o samba. Aí a molecada vai ter outra visão.

## Por que os saraus surgiram nos bares, e não em bibliotecas ou escolas?

O bar é o único espaço público que temos na periferia. Bar e igreja. Igreja não gosta de sarau, então sobram os bares. O boteco é o lugar em que as pessoas se reúnem depois de adorar um deus chamado trabalho. É a nossa ágora, sempre foi. Por que olhar com desprezo uma coisa que é nossa? Hoje o bar do Zé tem uma biblioteca e em cima é um cinema. Foi isso que deram para gente? Pois é nisso que vamos transformar.



## As novas tecnologias afastam os mais jovens da literatura?

Acho que nunca se escreveu tanto. A minha filha, quando manda para a amiga dela [pelo celular] que ontem foi ao samba e conta quem estava lá, que música tocou, é uma crônica que ela está escrevendo. Uma não briga com a outra, muito pelo contrário. O meu trabalho flui por causa da internet. Hoje eu tenho 286 mil pessoas na minha página. Eu coloco uma coisa lá e tem 5 mil curtidas. São pessoas que jamais leriam a minha poesia se tivessem que ir a uma livraria. A tiragem dos meus livros é de 3 mil, então democratizou. Acho que falta, para quem cuida de literatura, ter essa sacada. Se você pega a [lista de livros da] Fuvest [vestibular para a Universidade de São Paulo], são sempre os mesmos caras. Valorosos e importantes, mas sempre os mesmos. Lembro que fui numa escola há muitos anos e um menino perguntou: “como ele pode ser poeta se está vivo?”.

## Morando na periferia, onde falta tudo, como perceber que a arte também é importante?

A arte serve para não enlouquecer, irmão, porque esse mundo aqui é só para quem é louco. A arte tira a gente do plano. Quando o cara ouve uma música, tira do real e o importante é isso, tirar do real. O real é doído, cara. Viver dói. Dói para o pobre, dói menos para o rico, mas dói também. A gente precisa de um monte de drogas lícitas e não lícitas para viver. A literatura é uma delas. 

# Fábricas de suor e sofrimento

Novas ações do poder público endurecem o combate ao trabalho escravo contemporâneo, uma realidade abafada na metrópole

Gisele Machado | [gisele@camara.sp.gov.br](mailto:gisele@camara.sp.gov.br)

**E**m 2008, com uma filha de três anos e uma faculdade de Comunicação Social trancada, a boliviana Gladis Arce mudou-se para São Paulo. Amante de moda e estudante de costura, achou que cresceria nessa carreira morando no Brasil, como prometiam os anúncios em Santa Cruz de la Sierra, onde vivia. A realidade, porém, foi cruel: as jornadas nas oficinas de costura – clandestinas – chegavam a durar 18 horas por dia, com salários de R\$ 400 ao mês. Seus patrões diziam

que seria presa caso saísse do local durante a semana, já que sua documentação estava irregular. Mas não explicavam como obter os documentos necessários. Grávida de sete meses e impedida de fazer os exames de pré-natal, ela teve uma crise de febre alta, não foi socorrida pelos patrões e poderia ter morrido, não fosse a ajuda de uma brasileira.

“Eu me sentia uma escrava, não tinha livre expressão, não era permitido sair, passear, fazer minhas coisas, conhecer a cidade”, relata



**MODA**  
Trabalhadores em oficina de costura paulistana durante fiscalização do Ministério Público

Gladis. “Passei um sufoco. Tenho essa lembrança muito feia pra mim. Fiquei revoltada, eu me senti sozinha na vida”, lembra. O filho nasceu prematuro e desnutrido.

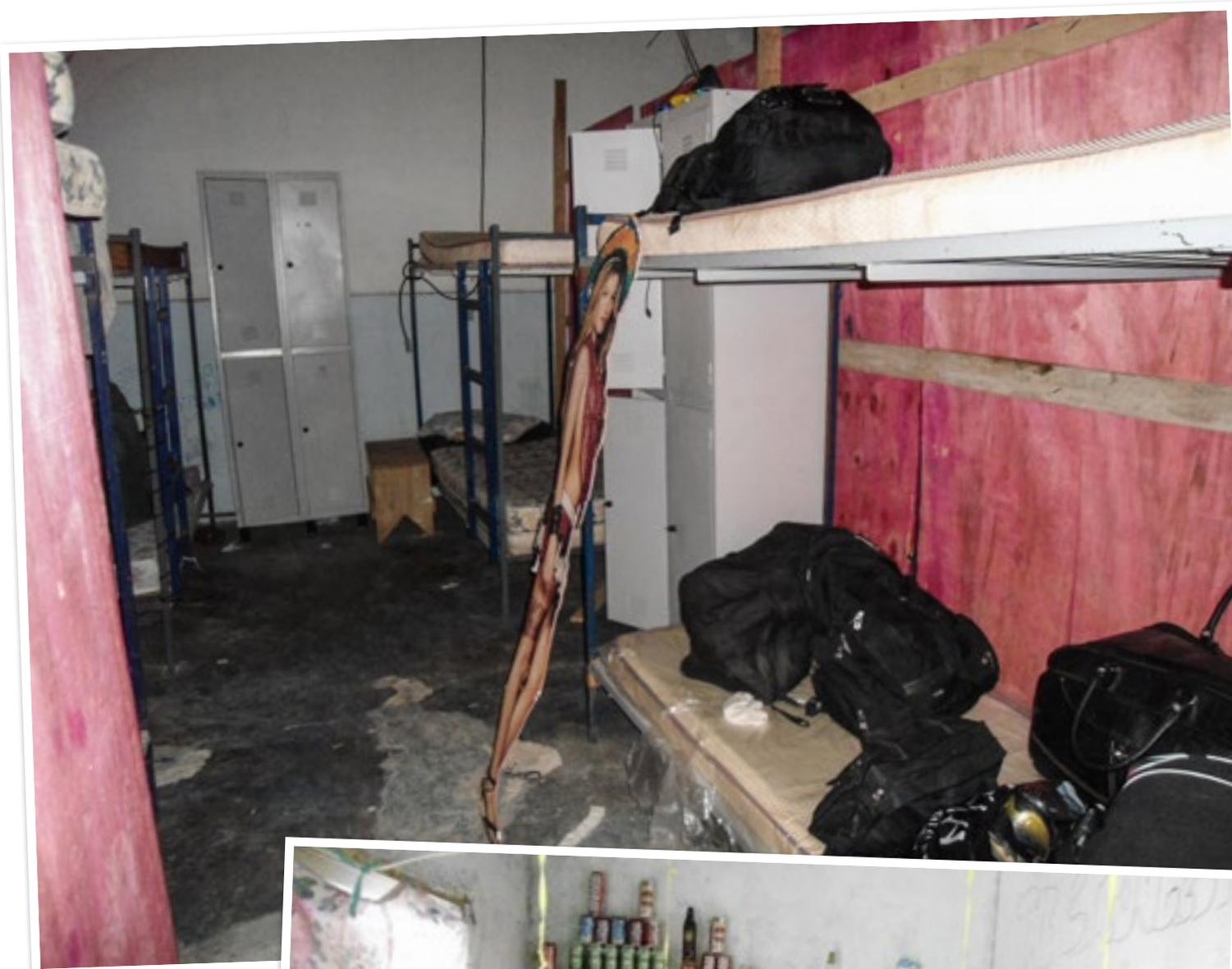
A situação pela qual Gladis passou é chamada trabalho análogo ao de escravo, ou escravidão contemporânea. Hoje com 36 anos, ela não passava dificuldades antes de se mudar para o Brasil. Com a família, vivia numa fazenda própria na cidade boliviana de Cochabamba. Lembra-se de quando ouvia música brasileira no rádio e viajava no sonho de se mudar para o Brasil, onde ainda quer fazer carreira na costura.

Como Gladis, quem vira escravo em plena São Paulo de 2017 costuma ser proveniente da Bolívia, além de Peru e Paraguai. Mas, diferentemente dela, a maioria é pobre, segundo a defensora Fabiana Galera Severo, coordenadora nacional do Grupo de Trabalho Erradicação do Traba-

lho Escravo da Defensoria Pública da União (DPU), que presta assistência jurídica gratuita individual nas esferas criminal e trabalhista. As vítimas trabalham, principalmente, em oficinas de costura clandestinas urbanas, que servem a grandes marcas de roupas. A construção civil é o segundo setor que mais escraviza na cidade, ao explorar, em sua maioria, migrantes brasileiros.

Esse cenário já estava desenhado em 2006, quando a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) publicou o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo no Município de São Paulo. A investigação, presidida pelo vereador Claudinho de Souza (PSDB), com vice-presidência do então vereador Cláudio Prado, começou com denúncias na imprensa sobre a presença de mais de 60 mil bolivianos sem documentação regular na cidade, trabalhando em mais de 8 mil oficinas ilegais de costura, em condições degradantes. Na época, também fizeram parte da CPI os então vereadores Ademir da Guia, Jooji Hato, José Américo e Marta Costa, além de Noemi Nonato (PR), Toninho Paiva (PR) e Soninha (PPS), que continuam na vereança.

“As jornadas de trabalho estendem-se pela madrugada, pois o fato de o ganho se dar por peça produzida, juntamente com o baixo valor percebido por peça, obriga a maratona para compor um salário que lhes ofereça mínimas condições de sobrevivência”, apontou o relatório



**DEGRADAÇÃO**  
Condições precárias encontradas em oficinas de costura, onde crianças circulam livremente



**NA MIRA** • Patrícia Bezerra propôs lei que prevê punição econômica às empresas que usam o trabalho escravo



da Comissão. À época, como ainda ocorre atualmente, os custos das viagens para o Brasil eram pagos pelos contratantes, que os superestimam, de modo que se torna muito difícil pagar a dívida com os irrisórios salários.

Trabalhadores empobrecidos ou fragilizados são, ainda, alvo fácil de um mercado ávido por produzir rapidamente e a baixo custo. “O contexto de migração, internacional ou interno, está muito atrelado ao trabalho escravo, porque é mais uma das vulnerabilidades”, explica Fabiana Severo. A defensora lembra que a exploração da pobreza e fragilidade dos trabalhadores para escravizá-los afeta também a livre concorrência, já que as empresas que usam o trabalho escravo têm custo menor. Segundo ela, os beneficiários da escravidão contemporânea, para tentar escapar de punições, escolhem não ver a ilicitude cometida para que possam usufruir de seus benefícios, num mecanismo conhecido pela Justiça como Teoria da Cegueira Deliberada ou Doutrina da Cegueira Intencional.

Apesar dos bastidores sujos, o mercado dá nome elogioso à velocidade com que as tendências e coleções chegam e saem das lojas: moda rápida. “A indústria têxtil se organizou de forma a atender essa dinâmica da fast fashion. O produto gira muito rápido, então a necessidade e exigência de produzir em tempo exíguo é muito grande também”, diz Tatiana Bivar Simonetti, procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo.

**SALSICHA, ARROZ E OVO**

Em inglês, recebem o nome de “fábricas de suor” os locais onde acontece a superexploração de trabalhadores para a indústria da moda. São espaços em que os funcionários trabalham e,



muitas vezes, também moram. Há restrição para sair e as jornadas são extenuantes, com condições precárias. Os ganhos, geralmente, estão abaixo do mínimo determinado por lei e outras atrocidades, como o estupro, são comuns.

“Quer que eu te conte como é uma oficina de costura clandestina?”, pergunta a boliviana Clara (nome fictício), 21 anos, que trabalhou nas fábricas de suor paulistanas dos 15 aos 18 anos. A primeira das oficinas em que atuou pertencia a uma de suas irmãs, que a impedia de sair. “Já fiz peça por 15, 20, 25 centavos... Dá pra fazer 700, 800 reais (de salário por mês), mas tem que trabalhar muito. Às vezes acorda 4 horas da manhã e vai dormir meia-noite, uma da manhã, nem almoça”, descreve Clara, que saiu de alguns empregos sem ao menos receber o salário.

A boliviana diz que o cardápio diário do almoço era salsicha, arroz, ovo e salada. “A gente enjoa, não come, a maioria joga tudo fora, preferimos comer Mijo. Já deram comida estragada. Tinha uma oficina que tinha pulga, percevejo. Tinha uma que só pegava novinhos, meninas e meninos bolivianos. O mais velho tinha 18 anos”, revela. Ela relata que os filhos dos trabalhadores ficavam trancados o dia todo nos quartos ou andavam soltos pela oficina.

Em uma dessas situações, há três anos, viu quando uma criança perdeu quatro dedos da mão na correia da máquina de costura. “O dono da oficina nem deu ajuda médica e a mãe teve que sair sozinha”, lembra Clara. A ida ao serviço de saúde gerou uma denúncia e os trabalhadores foram resgatados pelo poder público. “A gente já se acostuma com isso e acha que é nor-

mal. Não vê mal na comida e em trabalhar nesse horário”, lamenta. Por não conhecerem a legislação e por receberem informações incorretas dos empregadores, muitos trabalhadores chegam a acreditar que eles próprios são os criminosos. “Achei que os policiais iam me levar presa quando invadiram a oficina”, conta a boliviana.

A defensora pública Fabiana Severo afirma que existe uma banalização do trabalho escravo porque o Brasil é um país de profundas desigualdades sociais. “A exploração do trabalho sempre existiu em muitos contextos, em diversos lugares, mas não é por isso e pela prática ainda existir, nos rincões do País e nas grandes cidades, que é uma condição de vida aceitável”, diz.

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo é crime previsto no Código Penal Brasileiro. Na lei, quem comete esse delito, submeten-

**COMPROMETIMENTO**  
Projeto de lei de José Police Neto prevê compromisso da administração pública com “trabalho decente”



**CPI • Comissão presidida por Eduardo Suplicy recebe denúncias sobre trabalho escravo**

do pessoas a jornada exaustiva ou condições degradantes de trabalho, por exemplo, pode sofrer pena de reclusão de dois a oito anos (veja infográfico na pág. 19).

Na prática, porém, não é simples punir todas as empresas envolvidas no trabalho escravo. Uma das razões é que as oficinas clandestinas estão cada vez mais espalhadas pela cidade, e assim fica mais complicado conseguir flagrantes. Além disso, a normatização existente, cuja redação atual o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou em 2011, prevê a responsabilidade do contratante final apenas se o empregador direto não puder arcar sozinho com as dívidas trabalhistas. Uma decisão judicial do TST é que acaba funcionando como precedente no reconhecimento de plena relação de emprego entre a contratante final e o funcionário de empresa terceirizada.

Essa brecha tem permitido responsabilizar donos de grandes mar-

cas pelo cumprimento dos direitos trabalhistas de quem atua nas oficinas subcontratadas, mesmo quando não há ordens diretas. “A marca terceiriza a produção de corte e costura, mas impõe prazo, apresenta a peça piloto para as oficinas, cobra, pune quando a peça não é devolvida no tempo certo, da forma correta, mas não quer ter responsabilidade por todo o crime que está acontecendo naquelas oficinas”, diz a procuradora Tatiana Simonetti.

**PUNIÇÃO NO BOLSO**

Uma importante arma para a responsabilização de todos os agentes dessa cadeia de superexploração surgiu em dezembro de 2016, quando o Executivo paulistano sancionou a lei 16.606, proposta e aprovada pela Câmara Municipal, que aplica penalidades aos estabelecimentos do Município responsáveis, direta ou indiretamente, por reduzir pessoas à condição análoga à de escravo.

Apresentada pela vereadora Patrícia Bezerra (PSDB), ex-secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a lei prevê multa de R\$ 100 mil a R\$ 100 milhões. Também pode haver cassação do alvará de funcionamento se o pagamento não for feito, se for reincidência ou se houver comprovação da extrema gravidade da conduta. Se a licença for cassada, será proibida a concessão de novo alvará por cinco a dez anos. A elaboração dessa lei foi uma das propostas da CPI realizada em 2006.

“O objetivo é atingir o violador de direitos – que é um criminoso – em seu 'órgão' mais sensível: o bolso”, diz Patrícia Bezerra. Para ela, a escravidão contemporânea é um crime de natureza econômica. “Em virtude da busca por lucros cada vez maiores, poucos têm se importado



ENTREVISTA

Luciana Chauí-Berlinck

Psicanalista e autora do livro *Melancolia, rastros de dor e de perda*, Luciana Chauí-Berlinck falou sobre o consumo voraz que a sociedade pós-industrial promove e que, ao mesmo tempo, causa depressão, destruição e estimula a existência da escravidão.



Foto: Ricardo Rocha/CMSP

**Qual mecanismo alimenta a indústria de roupas feitas por trabalhadores escravos?**

Enquanto na sociedade industrial havia preocupação de uns com os outros em relações sociais muito fortes, com a durabilidade e estabilidade da era pós-industrial há uma fragmentação disso. Tudo o que na sociedade industrial era de ordem pública, na sociedade pós-industrial é de ordem privada. A preocupação, portanto, vai se tornando narcísica, consigo mesmo. Eu posso me horrorizar com o trabalho escravo e a exploração que vejo na televisão, mas sou capaz de destruir o outro para ser reconhecido, porque o reconhecimento dele vai dizer que eu existo. Por isso vou à loja e compro a roupa [feita com trabalho escravo]. A sociedade diz que tenho de estar bem, ser feliz e ter sucesso.

**Quem promove esse movimento narcísico?**

A promoção se dá pela dor. As modificações econômicas do capitalismo geram uma mudança nas relações sociais que também

*“A sociedade narcisista promove uma tristeza profunda e prolongada”*

mudam a forma de o sujeito estar no mundo e se relacionar. Com a compressão do espaço e do tempo, vale o agora e o aqui. Sem passado e futuro, só com o presente, tenho que me realizar agora, ter as coisas já, sem esperar para ser reconhecido.

**Quais sentimentos o narcisismo provoca?**

A sociedade narcisista promove uma tristeza profunda e prolongada, um sentimento de impotência total de nunca poder atingir o que se espera como ideal. Quero poder, tenho determinados valores, eles são os que quero alcançar para ser o mais perfeito possível, para ser amado. Mas nessa sociedade, em que tudo é muito rápido, efêmero e descartável, nunca consigo chegar próximo desse ideal, o que gera um vazio enorme. Isso a gente

chama de melancolia ou depressão. [O psicanalista] Freud pensa a melancolia como uma neurose narcísica. Há uma incidência de deprimidos, hoje, muito grande.

**Como parar esse processo autodestrutivo da sociedade?**

Não sei se para. As pessoas vão se justificando porque têm uma culpa grande e precisam de um alívio. Usar roupa de determinado lugar que sei que usa trabalho escravo, apesar de eu não ligar para o outro, me atinge nos valores e gera culpa, mas me alivia pensar que fulano, apesar de não ter onde trabalhar, foi acolhido por alguém [da indústria]... No entanto, não cessa meu sentimento de impotência, de não ser o que eu queria, de querer ser admirado e de continuar explorando o outro.

com a forma de obtenção do dinheiro, mesmo que para isso seja necessário explorar os semelhantes”, critica Bezerra. “Então, a pena para esse crime também precisa ser de ordem econômica”, completa.

A defensora Fabiana Severo concorda que a sanção prevista na lei atinge o cerne do problema: “se as medidas alcançam os grandes beneficiários desse modelo de atividade econômica, há mais efetividade para até mesmo as empresas usarem outros modelos de negócio, eliminando, por exemplo, intermediários ao longo da cadeia produtiva, aproximando o trabalhador final das empresas”. Para a procuradora Tatiana Simonetti, “o Município de São Paulo está em posição de vanguarda nessa iniciativa, que compõe as medidas que o Estado brasileiro deve adotar para combater o trabalho escravo”. Ela diz que a lei 16.606 pode ser aplicada pela Prefeitura como medida administrativa, contra empresas que perderem as ações judiciais.

**INVESTIGAÇÃO**

Também está em tramitação na CMSP o projeto de lei (PL) 206/2010, do vereador José Police Neto (PSD) e do ex-vereador Cláudio Prado, que determina compromisso expresso com a prática do “trabalho decente” às empresas que assinarem contrato de obras e serviços com a administração pública municipal. A justificativa do PL diz que cabe ao poder público cumprir sua parte na promoção de ações de capacitação profissional, educativas, culturais e de reinserção no mercado de trabalho, entre outras iniciativas que gerem oportunidades desassociadas da superexploração. “É fundamental, além de gerar oportunidades de serviços, garantir trabalho com

qualidade agregado à distribuição de renda suficiente”, diz o texto.

“Trabalho decente”, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pressupõe, entre outras características, a eliminação do trabalho forçado, do trabalho infantil e da discriminação e a promoção do emprego produtivo e de qualidade.

Já o PL 557/2011, do vereador Alfredeinho (PT), pretende que o cumprimento das normas de trabalho decente esteja mencionado também nos editais de licitações e nos contratos de obras e serviços públicos.

Além desses esforços, foi instalada em fevereiro de 2017, na CMSP, a CPI da Política de Migração,

# O QUE É ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

A escravidão contemporânea ou, segundo o Código Penal brasileiro, “condição análoga (semelhante) à de escravo”, é caracterizada quando alguém é submetido a:

- TRABALHOS FORÇADOS**
- JORNADA EXAUSTIVA**
- CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO**
- RESTRIÇÃO DE LOCOMOÇÃO POR DÍVIDA**

**Pena: reclusão de 2 a 8 anos**

A punição também é aplicada a quem mantiver uma pessoa no ambiente de trabalho por:

- Impedimento do uso de meio de transporte
- Vigilância ostensiva
- Retenção de documentos ou objetos pessoais

Arte: Julia Geminiani/CMSP

presidida por Eduardo Suplicy (PT), com vice-presidência de Fernando Holiday (Democratas), relatoria de Fábio Riva (PSDB) e composta também por Caio Miranda Carneiro (PSB), Edir Sales (PSD), Gilberto Nascimento (PSC) e Noemi Nonato (PR). A CPI tem até junho (os trabalhos podem ser prorrogados por seis meses) para investigar, entre outros temas, a superexploração e a submissão à escravidão

contemporânea de migrantes brasileiros e estrangeiros no Município.

Segundo Suplicy, a CPI receberá denúncias sobre trabalho escravo na capital paulista. “Sempre que houver situações com pessoas empregadas na cidade sem o registro devido e que estejam realizando jornadas exageradas, sem cumprir a lei sobre oito horas de trabalho, podem nos informar que iremos tomar providências”, comentou o parlamentar.

Se no âmbito municipal a ideia é fechar o cerco ao trabalho escravo, está em tramitação no Senado o PL 432/2013, que pretende mudar a definição de trabalho escravo contemporâneo. “O texto quer retirar da hipótese legal atualmente existente as condutas de jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho”, diz Fabiana Severo. “Nós, que lidamos com a temática de direitos humanos, temos a pre-

ocupação com a ocorrência de um retrocesso social caso essa lei seja aprovada”, diz a defensora pública. Ela ressalta, ainda, que a aprovação da lei 13.429 de 2017 facilita a terceirização e pode tornar mais precárias as relações de trabalho.

Outro complicador foi a resistência do governo federal em publicar a “lista suja”, o cadastro dos infratores flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas à de escravo que deve ser divulgado semestralmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os empregadores inseridos nesse cadastro ficam impedidos de obter empréstimos em bancos oficiais do governo, entre outras sanções. No fim de 2014, a divulgação da lista foi proibida por liminar concedida pelo Supremo



Gisele Carneiro/CMSP

**VULNERABILIDADE** • Para a defensora Fabiana Severo, trabalho escravo na capital aproveita a fragilidade do migrante

faltar na escola”, conta Carla Aparecida Aguilar, assistente social do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Cami). “Fui visitar as oficinas e verifiquei que estavam sofrendo acidentes lá: uma criança estava com o braço quebrado, outra teve traumatismo craniano, outra perdeu o dedinho”, revela. A profissional acredita que leis mais duras, como a da CMSP, podem ajudar a cidade a romper esse ciclo.

Gladis, a boliviana do início da reportagem, há cinco anos costura em uma pequena oficina própria instalada em sua casa e é uma das assistidas pelo Cami. “Eu digo que tenho um negócio porque é meu sustento”, diz ela, que já aprendeu sobre as leis trabalhistas brasileiras e fala português com fluência. Desde o ano passado, deixou as más lembranças de lado e foi à luta: “dise para mim mesma que iria superar. Decidi melhorar e vencer neste país grande e amoroso”.

Tribunal Federal (STF), a pedido de uma associação de incorporadoras. A proibição de divulgar foi extinta em maio de 2016, mas o cadastro só voltou a ser publicado em março de 2017, já que a ordem passou a constar em decisão judicial definitiva.

**RECOMEÇO**

Um reforço importante à ação do Estado no combate ao trabalho escravo vem de organizações da sociedade civil que dão orientação jurídica, ensinam português, informática e empreendedorismo, por exemplo, a pessoas que já passaram pela situação de escravidão na cidade de São Paulo.

Ajudá-las a exercer a cidadania e a ter seu próprio negócio é uma forma de romper o ciclo pernicioso, no qual ex-escravos abrem oficinas de costura clandestinas e filhos de escravos não conseguem ir à escola. “Ano passado, uma professora me chamou porque as crianças bolivianas começaram a

**REVIRAVOLTA** • Ex-trabalhadora escrava, hoje Gladis tem uma oficina de costura



Marcelo Ximenez/USP

**DENÚNCIAS**

**Ministério Público do Trabalho**

Link para denúncias: [peticonamento.prt2.mpt.mp.br/denuncia](http://peticonamento prt2.mpt.mp.br/denuncia)

**Defensoria Pública da União**

Atendimento de vítimas das 8h30 às 14h. Rua Fernando de Albuquerque, 155 Consolação - São Paulo

**Disque 158**

Ministério do Trabalho e Emprego

**Disque 100**

Ministério da Justiça e Cidadania

**SAIBA MAIS**

**Internet**

Lista suja do trabalho escravo. [migre.me/wAt5M](http://migre.me/wAt5M)

**Documentário**

The true cost. Andrew Morgan, 2015. Sobre os custos humanitários e ambientais da moda rápida

**Aplicativo para celular**

Moda livre. Denúncia marcas de roupas envolvidas em trabalho escravo - Disponível para Android e iOS

**Dissertação de mestrado**

Trabalho escravo urbano contemporâneo no Brasil: análise dos mecanismos de repressão e prevenção para a efetivação de Direitos Humanos. Fabiana Galera Severo (USP, 2017)

# 10 LEIS PRÓ-ANIMAIS DA CMSP

GISELE MACHADO E RENATA OLIVEIRA  
LEONARDO PEDRAZZOLI

**CUIDADO GRATUITO**  
Em 2012, o primeiro hospital veterinário gratuito, no bairro Tatuapé, surgiu por verba específica no Orçamento, proposta pela CMSP. O segundo existe desde 2014, na Parada Inglesa. Ambos são destinados a cães e gatos do público de baixa renda.

**1 RESPEITÁVEL PÚBLICO**  
A apresentação dos bichinhos em circos é vetada pela lei 14.014, de 2005

**2 SEM AS ESTRIBEIRAS**  
Rodeios e eventos que maltratam animais estão proibidos na cidade desde 1993, graças à lei 11.359

**6 PATA NO FREIO**  
Veículos com tração animal não podem circular nas vias pavimentadas desde 2006, por conta da lei 14.146

**“CÃOSCIENTIZAÇÃO”**  
A Semana de Conscientização e Orientação ao Cuidado e à Saúde do Animal Doméstico foi criada em 2016, pela lei 16.532, e é realizada em setembro

**8 PS SELVAGEM**  
Em 1996, a lei 12.055 criou centros de triagem para reabilitar animais silvestres resgatados e apreendidos

**3 CARDÁPIO PROIBIDO**  
Em 2015, a lei 16.222 vetou a produção e o comércio do patê de fígado de ganso ou pato (*foie gras*) e também de roupa feita com pele  
\*Norma atualmente suspensa por liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo

**4 PATINHAS NO BUSÃO**  
Após a aprovação da lei 16.125, em 2015, animais domésticos podem ser levados nos ônibus

**9 BICHO NÃO É LIXO**  
A lei 13.131, de 2001, exige Registro Geral Animal e prevê punição por abandono de cães e gatos

**5 LAR SEGURO**  
Em 2007, a lei 14.483 definiu regras para eventos de adoção e lojas que vendem cães e gatos

**10 ESCUDEIRO FIEL**  
A lei 12.492, aprovada em 1997, permite a entrada de cães-guia em todos os locais



Gere Carbalho/CMSP

# Zona cinzenta

Propostas que combatem pichações e grafites não autorizados buscam estabelecer fronteiras entre arte e vandalismo

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Colaborou Renata Oliveira | renataoliveira-cci3est@camara.sp.gov.br

**E**ra para a vida de Maicon Bruno ter acabado aos 14 anos, no dia em que um trem o atropelou e arrancou suas pernas. Mais do que levar embora quase metade do seu corpo, o acidente tirou dele o ânimo para viver. “Eu só ficava em cima de uma cama, tinha vergonha de sair na rua, não queria mais nada”, lembra. Foi quando os amigos o arrancaram do quarto e o levaram de volta às ruas, para a única coisa capaz de tirá-lo da depressão: o desafio de escrever seu nome com spray em locais proibidos, arriscando a vida e desafiando as leis. “A pichação me fez respirar e voltar a viver. Graças a Deus eu tenho o **pixo** na minha vida”, conta Maicon, hoje com 25 anos, indo de um lado a outro em sua cadeira de rodas na Rua Dom José de Barros, no centro de São Paulo.

**SOBREVIVENTE**  
Neri e seu único grafite que escapou de ser apagado na região do Ibirapuera

É lá que jovens como Maicon, na maioria vindos das periferias, encontram-se toda noite de quinta-feira para celebrar o pixo, que para eles é “arte e vandalismo ao mesmo tempo”. A história de Maicon, um cadeirante que não precisa das pernas para escalar prédios e cravar sua marca em locais inacessíveis, o transformou numa das personalidades da cena do movimento, que valoriza as ações pelo grau de desafio

que envolvem: quanto mais vigiado e proibido um local, maior o mérito de um pichador que consegue deixar lá a sua marca.

Nos encontros de quinta, Maicon e os demais contam histórias de seus feitos, planejam outras ações e trocam entre si as “folhinhas”, espécies de autógrafos em que os artistas/“vândalos” reproduzem em papel as mesmas letras estilizadas que, espalhadas por prédios e muros da cidade, garantem a eles o respeito de seus pares e o ódio da grande maioria da população – 97% dos paulistanos se dizem contrários à pichação, segundo pesquisa do Datafolha divulgada em fevereiro.

Ódio é justamente o que os pichadores buscam, segundo a visão do diretor de cinema João Wainer, que durante quatro anos pesquisou esse universo para retratá-lo no documentário *Pixo*. “O pichador é um jovem que, ainda que de uma maneira errada, está tentando se expressar. É uma maneira de responder a uma sociedade que o oprime com escolas e hospitais ruins e polícia violenta”, afirmou durante uma audiência pública sobre o tema na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). “Quando um menino desses picha, provoca um ódio que faz com que saibam

► Pixo é a gíria dos pichadores para se referir à pichação.

que ele existe, porque ele pensa que é melhor ser odiado do que ignorado.”

É a mesma ânsia retratada no cli-  
max do filme *Eu, Daniel Blake* (2016),  
premiado com a Palma de Ouro no  
Festival de Cinema de Cannes, quan-  
do o personagem-título picha o pró-  
prio nome num prédio do governo  
para protestar contra os serviços de

seguridade social que se recusavam a  
enxergar os seus problemas.

**VIDA INVADIDA**

“Pode ser ignorância da minha par-  
te, mas não vejo isso como arte: es-  
crever numa casa que não é sua”, de-  
sabafa a mãe de santo Alzira Soares  
Saraceni, 63 anos. Em 11 de feverei-  
ro, uma manhã de sábado, ela tomou  
um susto ao ver uma série de picha-  
ções cobrindo a fachada do centro  
religioso que dirige, o Colégio de  
Umbanda Sagrada Pai Benedito de  
Aruanda, no Belém (zona leste da  
capital), onde também funciona a

sede da Associação Umbandista e Es-  
piritualista do Estado de São Paulo.

“Eu me senti invadida.” É como  
mãe Alzira descreve a “sensação es-  
tranha” que tomou conta dela ao ver  
as letras escritas em seu muro. “É  
como se a casa inteira tivesse ficado  
suja”, diz. A ação foi denunciada no  
Plenário da Câmara Municipal pelo  
vereador Quito Formiga (PSDB),  
que mandou um recado aos picha-  
dores: “eu quero vê-los na cadeia”.

A pichação no local trazia, além da  
assinatura "RGS", grife (veja definição  
na pág. 31) tradicional da zona leste,  
um texto de ataque ao prefeito João

Doria (PSDB). Alzira havia sido pega  
no fogo cruzado de uma guerra.

A guerra teve início em janeiro,  
quando o prefeito anunciou uma po-  
lítica de “tolerância zero” em relação  
aos pichadores, procurando diferen-  
ciá-los dos grafiteiros. “Os pichadores  
ou mudam de profissão, ou se tornam  
artistas; venham se tornar grafiteiros,  
ou venham se tornar muralistas. Ou  
mudem de cidade”, declarou Doria.

Vereadores da CMSP decidiram  
entrar no debate reformulando o  
Projeto de Lei (PL) 56, que tramitava  
na Casa desde 2005. Originalmente,  
o projeto tinha autoria apenas do ve-  
reador Adilson Amadeu (PTB) e pre-  
via a criação de um serviço telefôni-  
co para denunciar pichadores. Com  
o apoio da Prefeitura, os vereadores

ampliaram o escopo do projeto, que  
passou a definir um Programa de  
Combate às Pichações e ganhou a  
coautoria de outros parlamentares  
(veja mais na pág. ao lado).

Os debates com estudiosos e pra-  
ticantes das artes da rua, contudo,  
mostram que há vários tons de cinza  
possíveis entre a visão preto no bran-  
co que divide os grupos entre grafi-  
teiros-artistas e pichadores-bandidos.

**TONS DE CINZA**

“A diferença entre pixo e grafite só  
existe em São Paulo”, conta Marcelo  
Mesquita, diretor do documentário

**ENTENDA A LEI  
16.612/2017**

**Autores:** André Santos (PRB), Aurélio  
Nomura (PSDB), Caio Miranda Carneiro  
(PSB), Camilo Cristóforo (PSB), Dalton Silvano  
(Democratas), David Soares (Democratas),  
Edir Sales (PSD), Fábio Riva (PSDB), Fernando  
Holiday (Democratas), George Hato (PMDB),  
Gilberto Nascimento (PSC), Gilson Barreto  
(PSDB), Isac Felix (PR), Ota (PSB), Paulo  
Frange (PTB), Quito Formiga (PSDB), Ricardo  
Nunes (PMDB), Rinaldo Digilio (PRB), Rodrigo  
Gomes (PHS), Rodrigo Goulart (PSD), Rute  
Costa (PSD), Sandra Tadeu (Democratas),  
Toninho Paiva (PR) e Zé Turin (PHS).

- Instituiu o Programa de Combate a Pichações no Município de São Paulo
- Também pune grafites feitos sem autorização dos responsáveis pelo imóvel
- Estabelece multa de R\$ 5 mil
- Para monumento ou bem tombado, multa de R\$ 10 mil
- Se não for reincidente, autor pode se livrar da multa assinando termo em que se compromete a reparar os danos e aderir a programa educativo
- Autores de pichação não podem ser contratados pela Prefeitura
- Multa de R\$ 5 mil para quem vender lata de spray a menores de 18 anos

**Artes e crimes  
na pele da cidade**

**TAG**

Assinatura feita com as letras sobrepostas do nome do pichador

**MURAL**

Tem autorização e/ou financiamento

**GRAFITE**

- Utiliza letras, cores e personagens
- Tem origem no **Maio de 1968** francês e no **movimento hip-hop** de Nova York nos anos 70
- **Feito sem autorização**, em locais que incomodem menos, como viadutos ou muros de terrenos

**BOMBER**

- Pixo em letras-balão (arredondadas)
- Mais cores

**PIXO**

- Variante brasileira do grafite
- Utiliza principalmente letras (assinaturas)
- Poucas cores
- Criado nos anos 80 por jovens da periferia de São Paulo
- **Faz questão de transgredir e pode usar** fachadas de prédios ou monumentos públicos

**GRAPIXO**

- Pixo contornado
- Normalmente em duas cores



**É arte?**

Valor artístico de grafite e pixo já foi reconhecido por instituições como Fundação Cartier e Bienais de Arte de SP e de Berlim

**É vandalismo?**

**Sim. Tanto pixos como grafites sem autorização são punidos** pela lei federal dos Crimes Ambientais (9.605/1998) e pela lei municipal 16.612/2017

**Autorizado é grafite?**

Estudiosos e artistas apontam que **grafites autorizados não são grafites, mas 'murais' ou 'pseudografites'**. Outros discordam.

**Prejuízo**

Prefeitura de SP prevê gastar **R\$ 15,4 milhões** neste ano com apagamento de pixos e grafites não autorizados.

Fontes: *Livros Grafite, pichação & Cia.* e *Graffiti em SP*, Sérgio Franco, pesquisador; Mauro Neri, grafiteiro e pichador; Maicon Bruno e Dhoni Nascimento, pichadores; Fábio Lepique, secretário-adjunto das Prefeituras Regionais

Arte: Erick Paulino de Souza/CMSP

## ENTREVISTA

Cripta Djan,  
pichador

Pichador há 20 anos, Djan já participou das Bienais de Arte de São Paulo e de Berlim. Escreveu um texto lido em Plenário pelo vereador Toninho Vespoli (PSOL).

**O que acha de quem diz que grafiteiro é artista e pichador é vândalo?**

As pessoas que fazem essa divisão não têm qualificação nenhuma para falar de arte. Conceitualmente, o pixo é muito mais valorizado do que o grafite, porque é uma arte que ocupa a cidade de forma libertária e transgressiva. Então, um pixo tem muito mais a dizer do que um grafite autorizado e financiado. E tem a questão de que pixo e grafite estão no mesmo contexto. Eu mesmo já participei na

França de uma retrospectiva em que a pichação era apresentada como a potência do grafite brasileiro.

**Se a pichação é transgressiva, como criar leis que tratam da questão?**

Que o pixo é uma infração, todo pichador sabe e já arca com as consequências criminais disso. Eu acho que o fato de a pichação estar enquadrada como crime ambiental já está de bom tamanho. Existe essa crença de que pichador tem pena branda, mas não tem. Além de responder criminal-



“O pixo é uma intervenção estética pacífica”

mente por uma intervenção estética pacífica, ainda é demonizado e muitas vezes agredido, correndo o risco de ser executado [pela polícia]. O bem material vale mais do que a vida.

## ENTREVISTA

André Sturm  
secretário municipal de Cultura

O secretário esteve na CMSP durante audiência pública sobre o PL 56/2005 e explicou sua visão sobre as artes da rua.

**Qual é a diferença entre pichação e grafite?**

Pichação é pichação, grafite é grafite. É bem fácil diferenciar. Se você falar com um artista, ele mesmo vai dizer “eu sou grafiteiro” ou “eu sou pichador”. Eles mesmos sabem a diferença. Não cabe a nós definir. Queremos estimular o grafite na cidade de São Paulo.

**Como o fiscal na rua vai diferenciar uma da outra?**

Tem alguns casos em que você pode ficar na dúvida se é pichação

ou grafite, mas na maior parte é bem claro. A pichação na maioria das vezes é somente uma assinatura formada por letras estilizadas. O grafite mistura formas e cores. Existe uma lei federal que inclusive criminaliza a pichação e não o grafite.

**Vários grafiteiros já foram presos com base na lei federal.**

Eu não sou da polícia, nem fiz a lei federal. Se os grafiteiros foram presos pela lei federal, deviam ter um advogado melhor. Você pode



“Queremos estimular o grafite”

me dizer que em São Paulo alguém foi preso fazendo grafite e eu vou lamentar profundamente. Não posso ter controle sobre todos os funcionários da Prefeitura.

*Cidade Cinza*, que retrata o universo do grafite paulistano. “No Brooklyn, em Nova York, nos anos 70, onde o grafite começou, o movimento era muito similar ao daqui. Os jovens escreviam seus nomes nos trens que saíam da periferia para mostrar às pessoas privilegiadas de Manhattan que eles existiam”, complementa.

O grafite aportou em São Paulo nos anos 70, rabiscado inicialmente pelas mãos de estudantes de arte e poetas brancos das classes média e alta, antes de se espalhar por outras camadas sociais. Já o pixo, uma variante do grafite surgida na década seguinte, foi desde sempre ligado à identidade das periferias. Estudiosos do tema, como Celia Maria Antonacci Ramos e Sérgio Miguel Franco, identificam diferenças entre as duas formas, como o uso de cores e personagens

pelo grafite, mas apontam uma semelhança: tanto pixo como grafite são transgressores e não pedem licença ao Estado nem aos proprietários para existirem (veja mais na pág. 26).

Pichador ou grafiteiro? O artista Mauro Neri, 36 anos, não acredita nessas distinções, que para ele só servem para disfarçar juízos de valor. “Se você acha uma arte feia, chama de pichação; se acha legal, de grafite; e, se for muito legal, chama de mural”, compara. Nascido no Grajaú, no extremo sul de São Paulo, Mauro trabalhou como catador de material reciclável e vendedor ambulante antes de descobrir a arte, por meio de professores e de um amigo, o grafiteiro Niggaz, que fez história no bairro.

Desde junho de 2002, dedica-se a fazer pelo menos um desenho por dia nas ruas, espalhando uma marca que é

fácil de identificar: casinhas amarelas, que parecem flutuar, e figuras humanas alongadas que olham para cima, junto de frases que brincam com as palavras VER e CIDADE. Coloridos e agradáveis, são o tipo de arte que muitos identificam com o grafite, mas Mauro não gosta de ficar preso a esse rótulo. “Eu comecei pintando telas, passei para o grafite e fui evoluindo até chegar na pichação”, provoca.

São tantas imprecisões e preconceitos que, muitas vezes, Neri diz que prefere escolher sua resposta segundo o interlocutor: “se sou parado pela polícia, eu digo que sou um grafiteiro, não um pichador, porque isso me livra de tomar porrada ou de ser pintado [com spray], mas, em alguns ambientes, falar que é pichador é um status, como diante de um antropólogo estrangeiro interessado

**INVADIDA • Mãe Alzira e seu terreiro pichado: “para mim, isso não é arte”**



em arte”. Muitas vezes, porém, ele não pode escolher a categoria em que vai ser enquadrado, por causa da sua aparência e da cor da pele. “Um cara como eu, negro, usando uma lata de spray, é visto como um pichador pela sociedade. Se for à noite, então, a polícia já aborda me agredindo”, conta.

Em meio à zona cinzenta que turva as diferenças entre um e outro, a lei federal de crimes ambientais (9.605/1998), que criminaliza a pichação, volta e meia é usada também para prender grafiteiros. “Sou parado em média uma vez por semana pela polícia e em média uma ou duas vezes por ano sou levado a uma delegacia”, revela Neri.

Numa dessas prisões, em 27 de janeiro, ele nem ao menos fazia um desenho: com vassoura, balde d’água e uma lata de tinta, tentava



MULTADA • Maíra, detida com base na nova lei, e as inscrições que faz em casa

reconstruir um de seus desenhos, em um viaduto próximo ao Parque Ibirapuera, que havia sido apagado pela Prefeitura, numa das várias ações realizadas no início do ano em que a gestão municipal pintou de cinza grafites na região da Avenida 23 de Maio, sob alegação de que estavam deteriorados. Neri acabou preso e autuado por crime ambiental. A história chamou a atenção do vereador Eduardo Suplicy (PT), que, na semana seguinte, levou o artista para um encontro com Dória, quando o prefeito participou da primeira sessão do ano na CMSP. O parlamentar pediu mais diálogo do Poder Executivo com os artistas.

**MAMÃE PICHOU O MURO**

Neri tornou-se figura ativa nos debates sobre o PL do Programa de Combate às Pichações, que apresentaram uma divisão muito clara. De um lado, artistas que se colocavam contra a ideia de aumentar as punições

contra pichadores; do outro, representantes de grupos de moradores que pediam mais repressão. Caso de José Fernando Silva, presidente da Associação de Moradores do Cambuci, que declarou: “os prédios do bairro gastam de R\$ 6 mil a R\$ 8 mil por causa da pichação. Tem que dar mais cadeia para os pichadores e fazer a família deles pagar o prejuízo”. Outras palavras duras vieram de Adilson Amadeu, autor do projeto original. “Não confundam o artista, o grafite, a arte, com esses lamentáveis seres humanos que não pensam em ninguém”, disse o parlamentar. “Quando um pichador for pego, tem de colocá-lo de joelhos no milho.”

O PL foi aprovado definitivamente em 14 de fevereiro, com 51 votos favoráveis e dois contrários, e deu origem à lei 16.612/2017. A bancada do PT, inicialmente contrária ao projeto, passou a apoiá-lo após conseguir a aprovação de emendas que permitiam aos pichadores e gra-

fiteiros detidos trocarem a multa por ações educativas e reparação de danos. Os votos contrários vieram do PSOL, que, após a aprovação, entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra a nova legislação. “A lei escolheu uma lógica de criminalização dos jovens para os quais a sociedade não oferece direitos nem espaços de participação”, afirma Sâmia Bomfim, vereadora pela legenda.

No mesmo dia em que a lei 16.612 foi regulamentada, em 4 de março, uma estudante de Direito, Maíra Piniheiro, 26 anos, acabou presa por guardas civis metropolitanos (GCMs) ao pichar um muro na Rua Santo Antônio, diante da Câmara Municipal. No ano anterior, ela havia concorrido a uma vaga de vereadora pelo PT.

A **Apartes** foi entrevistar Maíra em sua casa e encontrou a estudante cercada por inscrições e desenhos que cobriam de cima a baixo as paredes da quitinete em que mora, no Bixiga (região central), com a filha de

**PUNIÇÃO**  
Para o vereador Amadeu, pichador tem de ser colocado de joelhos no milho



Fábio Lazzari/CMSP



Arte: Erick Paulino de Souza/CMSP

dois anos. Participante habitual de batalhas improvisadas de rap, a estudante conta que conheceu a cena do pixo por conta da sua ligação com a cultura do hip-hop, mas diz que suas ações nos muros da cidade são muito esporádicas para que possa se considerar uma pichadora. Ela só foi pegar gosto por rabiscar paredes ao brincar, junto com a filha, de espalhar desenhos e mensagens poéticas pelas paredes de casa.

“Uma coisa que eu tenho em comum com a galera da pichação é uma revolta. São uma série de coisas que a gente pensa sobre como a sociedade deveria ser e como ela é, e aquilo está tudo entalado e você só quer gritar... Às vezes você grita num muro, por escrito. E se sente melhor depois”, afirma a estudante.

Ela conta que na noite em que foi presa queria gritar o incômodo por conta dos dedos apontados que questionam o seu comportamento de mulher e mãe, como se por ter uma filha ela não tivesse mais direito à individualidade nem a uma sexualidade livre. Saiu para a rua

com uma lata de spray na mão para gritar “As mães também gozam” no primeiro muro que encontrou, mas acabou detida pelos GCMs antes de concluir a frase. Recebeu centenas de ataques e xingamentos em suas redes sociais e viu fotos suas e da

**CRÍTICA**  
Segundo a vereadora Sâmia Bomfim, “é uma lei que criminaliza os jovens”



Equipe de Eventos/CMSP

filha expostas em sites de notícias. “O que fizeram comigo é que foi vandalismo”, reclama.

Condenada a pagar R\$ 5 mil, Maíra conseguiu o cancelamento da multa ao assinar o Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana, previsto na nova lei, pelo qual ela se comprometeu a reparar a pichação. Até pensou em ir ela própria pintar o muro, mas temia que a imprensa aparecesse e a fotografasse na posição de “arrependida” – mesmo porque ela não se arrepende de nada. Resolveu ir atrás de dois grafiteiros conhecidos, Mag Magrela e Mauro Neri, e conseguiu que pintassem o muro para ela.

Nos desenhos coloridos dos dois artistas, ficou um protesto sutil. Ao redor de uma figura feminina, Magrela pintou uma série de frases de empoderamento feminino pairando como uma nuvem de ideias. Entre elas, a artista fez questão de escrever a mensagem que seu grafite devia supostamente esconder: MULHER ARTISTA RESISTA / MÃES TAMBÉM GOZAM.

**SAIBA MAIS**

- Livros**  
Grafite, pichação & Cia. Célia Maria Antonacci Ramos. Annablume, 1994.  
Graffiti em SP: tendências contemporâneas. Organização de Antonio Ezeilson Leite. Aeroplano, 2013.  
Ttsss... a grande arte da pichação em São Paulo, Brasil. Organização de Daniel Medeiros. Editora do Bispo, 2006.  
**Dissertação de mestrado**  
Iconografias da metrópole: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo. Sérgio Miguel Franco. FAU-USP, 2009.  
**Documentários**  
Pixo. João Wainer. 2010.  
Cidade Cinza. Marcelo Mesquita e Guilherme Valiengo. 2013.

# Tinta fresca, briga antiga

Desde 1868, vereadores e outras autoridades buscam formas de combater as pichações em São Paulo

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

**N**o século 19, a palavra pichação ainda não existia. O termo surgiu no século seguinte, mas a questão já chamava a atenção da população e das autoridades paulistas. O jornal *A Província de São Paulo* (atual *O Estado de S. Paulo*) informou, na edição de 9 de junho de 1889, que lojas de tecidos haviam sido pintadas de piche por “malvados”, “maus diabos”, “nojentos tipos” e “mariolas [vagabundos]”.

A questão é antiga e as tentativas de combatê-la também. Em 1868, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) planejava criar um Código de Posturas, que seria o primeiro conjunto sistematizado das leis municipais. O vereador Justo da Silva propôs incluir a proibição de “riscar, escrever dísticos [palavras] e pintar

figuras sobre as paredes dos edifícios ou muros”. A multa para os infratores seria de 8 mil réis.

O projeto previa que se os riscos, inscrições ou pinturas fossem ofensivos à moral pública, a punição seria de 20 mil réis e dois dias de cadeia. “Se não tiver com o que pagar multa, sofrerá oito dias de prisão”, ressaltava o texto. A proposta também destacava que “o infrator, além das multas e prisão a que fica sujeito, é

obrigado a apagar de modo a não deixar vestígio dos riscos, inscrições ou pinturas que houver feito”.

Quando o Código de Posturas entrou em vigor, em 1873, alterou a multa básica para 20 mil réis, mas não previa prisão, a não ser que os infratores fossem escravos. De acordo com cálculo feito no site do jornal *O Estado de S. Paulo* (<http://acervo.estadao.com.br>), essa quantia corresponderia hoje a R\$ 400. A lei ainda

determinava que os proprietários ou inquilinos dos imóveis que não mandassem apagar as pichações também pagariam a multa.

O código, entretanto, só durou dois anos, pois foi considerado muito rigoroso e injusto pela população. Em 1875, os vereadores aprovaram uma nova versão, com previsão de dois dias de prisão para os infratores. O novo texto detalhou o que os moradores deveriam fazer se suas casas fossem pichadas: “mandarão pela primeira vez apagar tais dísticos e, quando não o façam por si, receberão aviso do fiscal para fazê-lo

**CAMPANHA**  
Pichações eleitorais  
no Cemitério São Paulo,  
no bairro Pinheiros, em 1947





**POSTURA**  
Jânio Quadros utilizava muros pintados em campanha, mas combateu pichadores

dentro de 24 horas, sob pena de 20 mil réis”. E ressaltou que, em caso de reincidência, o serviço de pintura ficaria a cargo do fiscal.

Em 1886, mais uma vez o Código de Posturas foi revisto e ampliado. A proibição das pichações não foi alterada e o texto deixava claro que os pais eram responsáveis pelos filhos menores, os amos pelos criados e os senhores [donos] pelos escravos que violassem as posturas.

#### SEM EFEITO

Apesar da perseguição, as inscrições continuavam a aparecer. Em 4 de fevereiro de 1902, o vereador Ignacio Pereira da Rocha solicitou que o prefeito Antonio da Silva Prado (veja perfil na pág. 36) se entendesse com o chefe de Polícia “a fim de coibir-se o vandalismo praticado pelas crianças e até pessoas adultas nas paredes e muros”. Segundo o parlamentar, elas não só estragavam o revestimento dos muros, como escreviam e desenhavam “as maiores obscenidades”.

O vereador José Oswald, pai do escritor Oswald de Andrade, apre-

sentou em 1908 uma proposta para ampliar a lei contra as pichações. “É proibido riscar, borrar, pintar figuras obscenas ou não, escrever nas paredes, muros, portas, janelas, portões ou qualquer tapamento na via pública, com carvão, giz, zarcão, piche, lápis, tinta ou quaisquer outros ingredientes que prejudiquem ou afeiem externamente a propriedade particular ou pública”, dizia o texto. A pena seria de 30 mil réis e três dias de prisão. O projeto também decretava quem deveria fiscalizar o cumprimento da proibição: prefeito, vereadores, suplentes de vereadores, todos os funcionários municipais, polícia e qualquer munícipe.

A Comissão de Justiça da CMSP deu parecer favorável ao projeto de José Oswald, alegando que o artigo do Código de Posturas que proibia as pichações muito raramente era aplicado e só vetava dísticos ou figuras obscenas ou imorais, “não se estendendo a outra natureza de figuras ou dístico que da mesma maneira danificam a propriedade privada”. O vice-prefeito Asdrúbal Augusto de

Nascimento estava na chefia do Executivo municipal em 9 de outubro de 1908 e promulgou a lei.

Mesmo com a legislação mais severa, as pichações não paravam de aparecer. Em 30 de julho de 1921, o vereador Almerindo Gonçalves apresentou uma indicação ao prefeito Firmiano de Moraes Pinto solicitando que fosse utilizada a “mais rigorosa fiscalização para que se impeça que gente de pouca educação conspurque [danifique] os muros e paredes das vias públicas da capital com toda sorte de garatujas [desenhos toscos] e rabiscos indecentes”.

O pedido deu início a uma troca de despachos entre autoridades. Moraes Pinto encaminhou a solicitação ao secretário da Justiça e da Segurança Pública, que transmitiu a ordem aos inspetores da Prefeitura. Por sua vez, o chefe dos inspetores e dos fiscais respondeu afirmando que seus funcionários não podiam estar “em toda parte, a toda hora, para impedir que crianças e moços escrevam pelas paredes nomes e figuras indecentes”.

O funcionário sugeriu que o serviço poderia ser feito pela Polícia estadual, que, segundo ele, mantinha um soldado em cada quarteirão. E completou: “em todo caso, darei instruções aos fiscais para empregar o máximo esforço; não acredito, porém, no resultado”. O chefe dos inspetores apresentou, então, a proposta de que a Prefeitura tivesse sua guarda municipal para auxiliar na fiscalização. Caso contrário, segundo ele, “só a polícia será capaz de melhorar tal vandalismo”.

Moraes Pinto respondeu ao presidente da Câmara, Raymundo da Silva Duprat, relatando as providências que a Prefeitura havia tomado. Essa troca de correspondên-

cia está sob a guarda do Arquivo Geral da CMSP e pode ser lida em [www.camara.sp.gov.br/memoria](http://www.camara.sp.gov.br/memoria).

#### CAMPANHA NOS MUROS

Com o fim do Estado Novo, em 1945, voltaram as eleições e as pichações foram usadas como forma de propaganda. O pesquisador José D’Amico Bauab, do Centro de Memória Eleitoral (Cemel) do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, diz que, como a propaganda eleitoral ainda não era comum no rádio e a TV só surgiu no Brasil em 1950, os candidatos passavam suas mensagens, principalmente, colando cartazes e fazendo pichação (na época também chamada de pichamento).

#### PRIMÓRDIOS Já no século 19 leis proibiam frases e desenhos nos muros



Bauab lembra-se de alguns slogans que ficaram famosos na época. Os defensores de Getúlio escreviam “Queremos Getúlio”. A resposta dos radicais da oposição era “Morra Getúlio”. Em 1945, nas primeiras eleições democráticas pós-Estado Novo, o slogan do brigadeiro Eduardo Gomes fez sucesso: “Vote no brigadeiro, é bonito e é solteiro”. Apesar da fama, o militar perdeu a eleição e Eurico Gaspar Dutra tornou-se presidente.

De acordo com Bauab, Jânio Quadros soube aproveitar muito bem as pichações em suas disputas eleitorais. O slogan “Jânio vem aí” era visto em vários pontos da cidade. “Ele usava essa forma de propaganda para se contrapor à campanha de Ademar de Barros, que tinha bem mais recursos”, lembra o pesquisador.

Embora utilizasse as escritas nos muros como propaganda, o então vereador Jânio criticou as pichações de campanha eleitoral em 5 de outubro de 1949, em um pronunciamento no Palacete Prates, então sede da Câmara Municipal. “Nada escapou à fúria dos pichadores de paredes, que inutilizaram milhares de pinturas externas de residências, diminuindo-lhes até o valor venal”, lamentou. Sobrou também para os políticos que permitiam tal recurso: “se esses homens [os pichadores] eram broncos, não se pode acreditar que os candidatos também o fossem, e não se pode acreditar ainda que desconheçam o que estava sucedendo”.

Por fim, admitiu que alguns de seus cabos eleitorais também

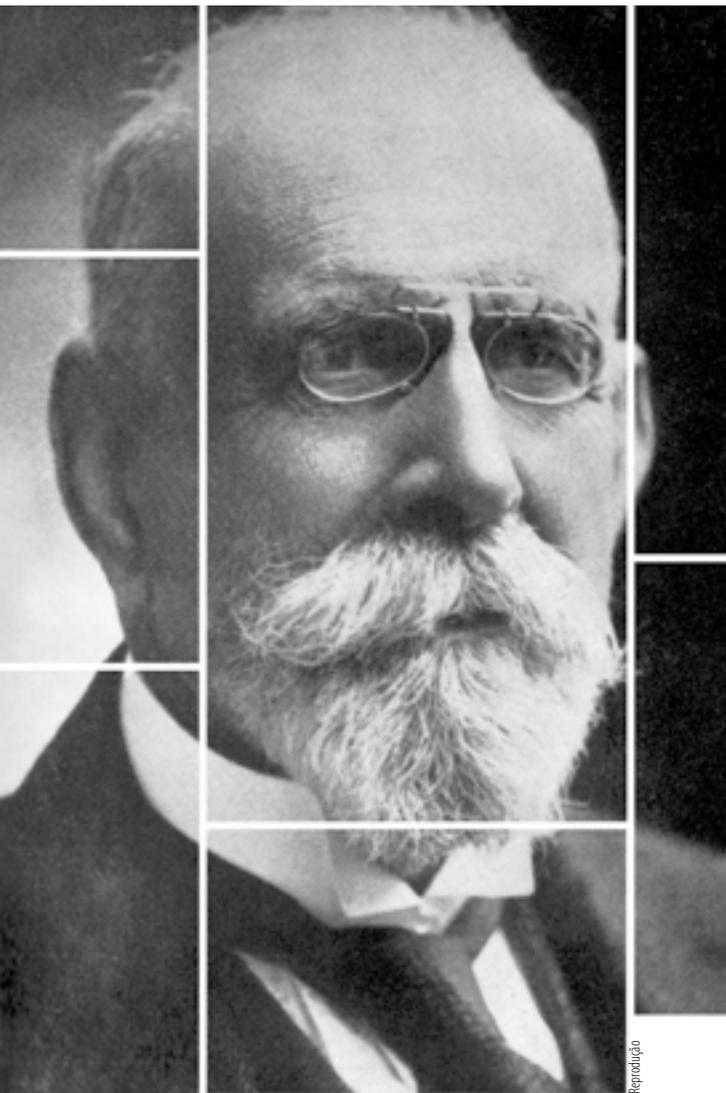


**MILITÂNCIA** • O ex-vereador Moacir Longo foi preso por pichar elogios a Stalin

pichavam muros. “Não ignoro, porém, que, aqui e acolá, um ou outro excesso se perpetrou”, disse Jânio, que completou: “máxime [principalmente] porque aqueles que me apoiavam, estudantes todos, entendiam que deviam acompanhar a prática que se generalizara de não ser poupada qualquer superfície, de qualquer natureza, que servisse de veículo à difusão do nome, das ideias e das promessas do candidato”.

Jânio comprometeu-se a combater as pichações, que classificava como “crime”. Em 1986, quando assumiu a Prefeitura de São Paulo pela segunda vez, intensificou o combate aos pichadores, especialmente dois deles: Juneca e Pessoinha.

As iniciativas da Câmara contra as pichações não impediram que um pichador fosse eleito vereador. Moacir Longo, cassado em 1964 acusado de ser comunista, declarou à *Revista do Parlamento Paulistano* que, em 1949, havia sido preso por pichar num muro uma frase elogiosa ao ditador soviético Josef Stalin: “Viva o camarada Stalin, campeão da paz”.



Reprodução

**EMPREENDEDORISMO**  
Empresário e político, Prado iniciou a construção do Theatro Municipal

# São Paulo nos trilhos

Nos 12 anos como prefeito, Antonio Prado foi responsável por novidades como o bonde elétrico, que deram a cara de metrópole para a cidade

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

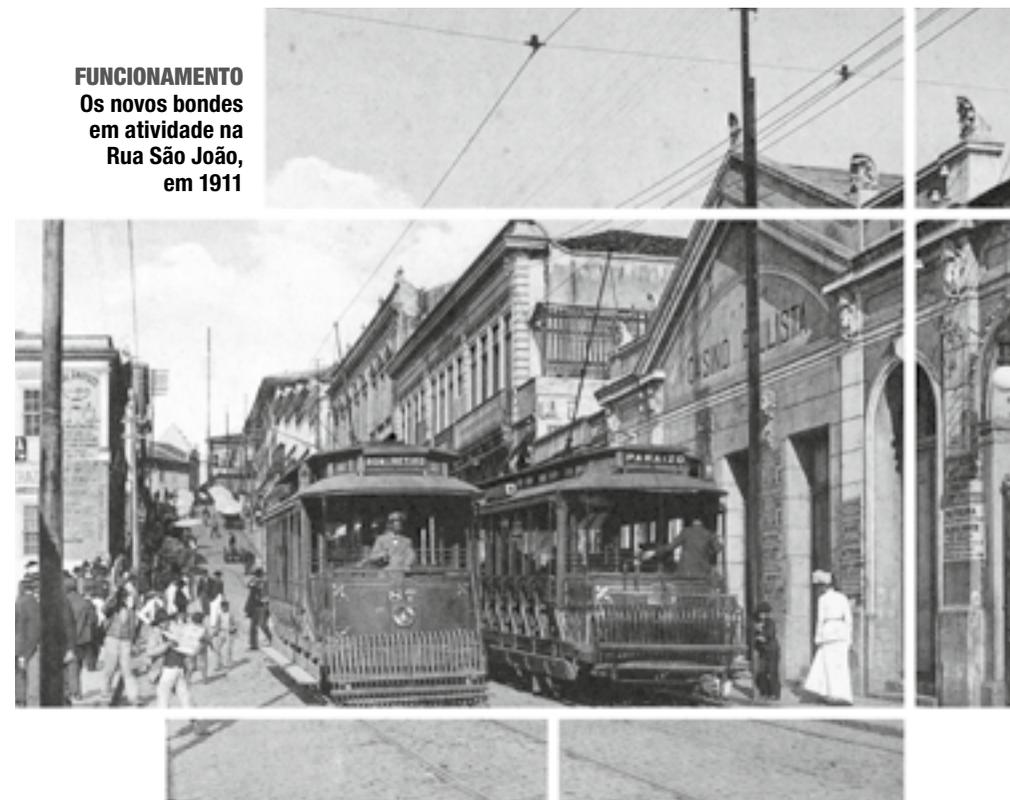
de São Bento (Centro) ao fim da Rua Barão de Limeira (zona oeste), onde Prado morava.

O próprio prefeito, em alguns momentos, conduziu o bonde na viagem inaugural. Também estavam no vagão senadores, deputados e vereadores, além de representantes da Light, empresa responsável pelo serviço. O escritor Oswald de Andrade, na época com 10 anos, conta em seu livro de memórias que viu a inauguração da primeira linha. “Lá vem o bicho! O veículo amarelo e grande ocupou os trilhos no centro da via pública. Um homem de farda azul e boné o conduziu. Uma alavanca de ferro prendia-o ao fio



**INOVAÇÃO**  
Autoridades na primeira viagem do bonde elétrico, em 1900

Guilherme Gaensky/Arquivo Fundação Energia e Saneamento



**FUNCIONAMENTO**  
Os novos bondes em atividade na Rua São João, em 1911

Guilherme Gaensky/Arquivo do Arquivo Público do Estado de São Paulo

esticado, no alto”, recorda-se em *Um homem sem profissão*. Oswald de Andrade também diz, no livro, que algumas pessoas tinham medo de levar choque quando entrassem no vagão e de o bonde sair dos trilhos por causa da velocidade alta.

## REFORMAS

A fim de preparar a cidade para o progresso, o prefeito realizou reformas urbanísticas que mudaram as características de São Paulo, como o alargamento de ruas no Centro, entre elas a Quinze de Novembro, a Álvares Penteado e a Quintino Bocaiuva. Para melhorar a circulação na Quinze de Novembro, a Prefeitura derrubou a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ampliou o Largo do Rosário e o rebatizou, em 1909, como Praça Antonio Prado, nome que mantém até hoje. Ao lado da praça, foi construído o Palacete Martinico, nome de um irmão do prefeito, para ser sede das empresas da família. Atualmente no prédio funciona a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

De acordo com o urbanista Ayrton Camargo e Silva, especialista em transporte público, Prado foi uma das primeiras autoridades a criar, em 1902, uma norma regulamentando a circulação de automóveis. As ruas seriam mão dupla, com exceção de algumas do Centro, como a Quinze de Novembro. No ano seguinte, determinou a velocidade máxima na região central: 12 km/h.

A arborização de ruas e a ampliação de jardins e praças



Guilherme Caetano/Arquivo Fundação Energia e Saneamento

**MODELO**  
Avenida Tiradentes  
(foto de 1911) foi uma das  
vitrines na gestão Prado



foram outras marcas da gestão Antonio Prado. Ele tornou a Avenida Tiradentes uma vitrine de sua gestão, com muitas árvores e palacetes,

e reformou a Praça da República e o Jardim da Luz, além de mandar fazer um jardim no terreno em frente ao Museu do Ipiranga.

Após a reforma do Jardim da Luz, ele ia com a esposa, Maria Catarina, e filhos ouvir os concertos da banda da Força Pública (a antecessora da Polícia Militar), que executava músicas clássicas no coreto do parque. Everardo Vallim Pereira de Sousa, amigo e biógrafo do prefeito, conta no livro *1º Centenário do Conselheiro Antonio da Silva Prado* que o coreto teve de ser triplicado e que a banda ganhou novos instrumentos, pois “toda a sociedade começou a frequentar o aprazível jardim, cultivando assim o gosto pela música de valor”.

No campo cultural, o grande legado de Antonio Prado foi a construção do Theatro Municipal, que se tornou o principal palco da cidade. A obra, iniciada na sua gestão, foi inaugurada em 12 de setembro de 1911, oito me-

ses depois de deixar o cargo. A construção provocou um grande debate sobre o que fazer com a região em torno do Theatro, o Vale do Anhangabaú. Após muitas discussões entre empresários do mercado imobiliário, governo do Estado, Prefeitura e vereadores, ficou decidido que a área iria se tornar o Parque Anhangabaú.

Apesar de seu fascínio por bondes, trens e carros (Antonio Prado foi um dos fundadores do Automóvel Clube de São Paulo), o prefeito adorava andar a cavalo pelas ruas de cidade. “Para fins de inspeção, o cavalo é preferível, chega aonde não pode chegar a carruagem”, disse ao encontrar o biógrafo Pereira de Sousa durante uma inspeção nas obras de abertura da futura Avenida Angélica. Sousa afirmou, no livro sobre Antonio da Silva Prado, que o prefeito aproveitava as inspeções para trocar ideias com os engenheiros nos próprios locais, “onde melhor se vê o que é preciso fazer”.



Reprodução

**IMAGEM** • Antonio Prado era sisudo, trabalhador e dinâmico

Após quatro mandatos consecutivos (três eleito pelos vereadores e um pelo povo), Prado se recusou a participar de mais uma eleição. Quando deixou a Prefeitura, em 15 de janeiro de 1911, foi acompanhado por uma multidão até a sua casa, um palacete conhecido como Chácara do Carvalho, onde hoje funciona o Colégio Boni Consilli, na Barra Funda. Lá, agradeceu as manifestações de apoio e convidou a multidão a entrar. “Num impressionante gesto de requintada fidalguia, franqueou aos manifestantes os luxuosos salões de seu esplêndi-

do palácio, nos quais passou a dançar a alegre mocidade de todas as classes sociais”, narra Pereira de Sousa.

Segundo Júlio Mesquita, fundador do jornal *O Estado de S. Paulo*, Antonio Prado tirou “a tanga tradicional” da cidade, ou seja, retirou suas características indígenas. “São Paulo de hoje é um atestado de civilização, seduz e atrai o estrangeiro inteligente”, escreveu o jornalista em um artigo publicado em 8 de janeiro de 1905.

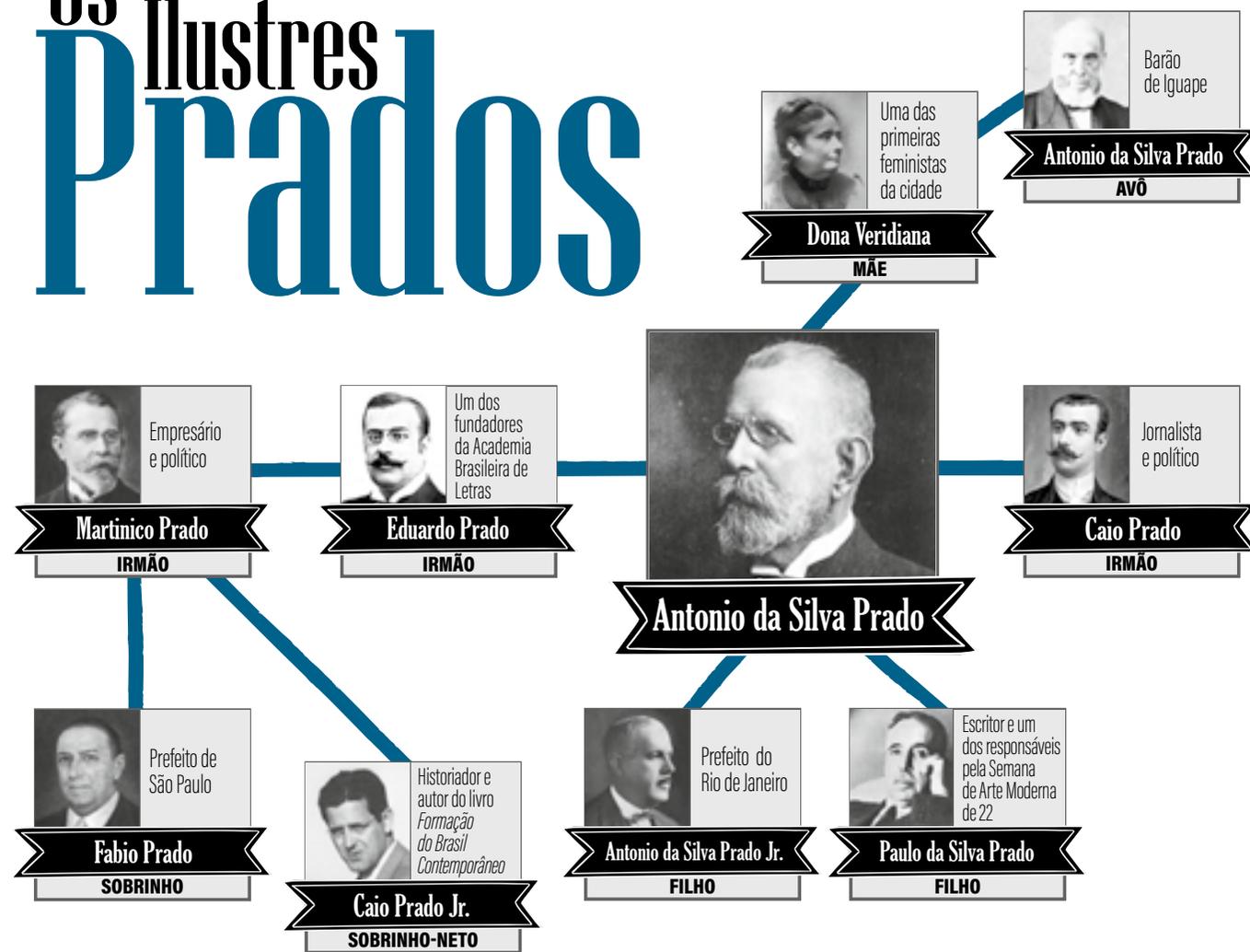
**RAÍZES**

Antonio da Silva Prado nasceu na cidade de São Paulo, em 25 de fevereiro de 1840, em uma tradicio-

nal família da aristocracia paulista. Seu avô, também Antonio da Silva Prado, era o barão de Iguape, que fez fortuna transportando mercadorias em mulas.

O barão decidiu que sua filha Veridiana Valéria iria se casar com o meio-irmão dele, Martinho da Silva Prado, para que a riqueza da família não se dividisse. Na época, ela tinha 13 anos. Décadas depois, aos 53, Dona Veridiana se mostrou bastante independente para a época ao se separar do marido. Em seu palacete, na rua que hoje tem seu nome no centro de São Paulo, ela organizava saraus para a elite econômica e intelectual.

# Os Ilustres Prados



Arte: Ygor Santos/CMSP

Na família Prado, havia também empresários, políticos e escritores. Foi nesse ambiente que Antonio da Silva Prado recebeu sua educação.

Logo após ter se formado em Direito no Largo de São Francisco, em 1861, passou uma temporada de dois anos na Europa para conhecer modelos de empresas e instituições que pudessem ser implantadas no Brasil.

De volta ao País, o primeiro cargo público que ocupou foi o de vereador na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), em 1877. Depois, foi deputado provincial (estadual), deputado geral (federal), senador, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ministro dos Negócios Estrangeiros (Relações Exteriores) e conselheiro (membro do Conselho do Império).

O político recusou o título de visconde oferecido pelo imperador dom Pedro II. “Não me tentam os ouropéis [brilhos falsos] da realeza”, alegou. Apesar da recusa, manteve-se monarquista até o fim do regime, em 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República.

Poucos dias depois da proclamação, durante uma conversa com uma comissão de representantes de vá-

rios setores que o tinham procurado para saber quais atitudes deviam tomar diante da mudança do regime, foi direto e prático: “tratando-se de um fato consumado, não há cabimento em nada discutir-se sob o ponto de vista constitucional”. E completou: “todos têm de aceitar as coisas como passaram a ser; prestigiar o governo e, principalmente, não fomentar a perturbação da ordem”.

Uma de suas filhas, Nazaré Prado, em uma entrevista publicada no livro *1º Centenário do Conselheiro Antonio da Silva Prado*, lembrou os hábitos modestos do pai (“dormia em um quarto que parecia o de um monge”) e que ele prezava pela aparência: “com mais de 80 anos, antes de sentar-se à mesa para as refeições refazia a toailete [arrumava-se], nos seus detalhes”.

A filha também disse que uma vez o pai e ela estavam em Paris, quando viram dois caminhões lavando a rua. Ele parou os veículos e os examinou. Poucas horas depois, havia comprado quatro irrigadeiras, que foram oferecidas à Prefeitura de São Paulo.

**NEGÓCIOS**

Além de dedicar-se às atividades políticas, Antonio Prado era um empreendedor. Juntou-se ao pai e ao irmão Martinho Filho (conhecido como Martinico) para expandir os cafezais da Província para o Oeste, na região que ia de Mogi Guaçu a Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Uma das fazendas dos Prados, a São Martinho, foi a maior produtora de café do mundo, com 3,54 milhões de pés.

**O primeiro prefeito de fato e de direito**

Apesar de Antonio Prado ser lembrado como o primeiro prefeito de São Paulo, quem assumiu o cargo pela primeira vez foi Luís Antônio de Souza Barros, indicado pelo presidente da Província (governador), Francisco Antonio de Souza Queiroz, em 1835.

Souza Barros ficou pouco tempo no cargo porque os vereadores se insurgiram contra a influência do presidente no poder municipal. Mais quatro homens

ocuparam a Prefeitura, dois deles interinamente, até 1838, quando o cargo foi extinto.

São Paulo só voltaria a ter prefeito em 1899, já na República, quando as Intendências, que faziam o papel de Poder Executivo, voltaram a ser subordinadas a uma autoridade, o prefeito.

O chefe do Executivo seria eleito entre os vereadores, pelo voto dos próprios parlamentares, à exceção do período entre 1908 e 1910, quando Antonio Prado foi eleito pelo voto popular. Só em 1916 as eleições diretas para a Prefeitura foram instituídas. Para ser candidato, não havia mais a necessidade de ser vereador.

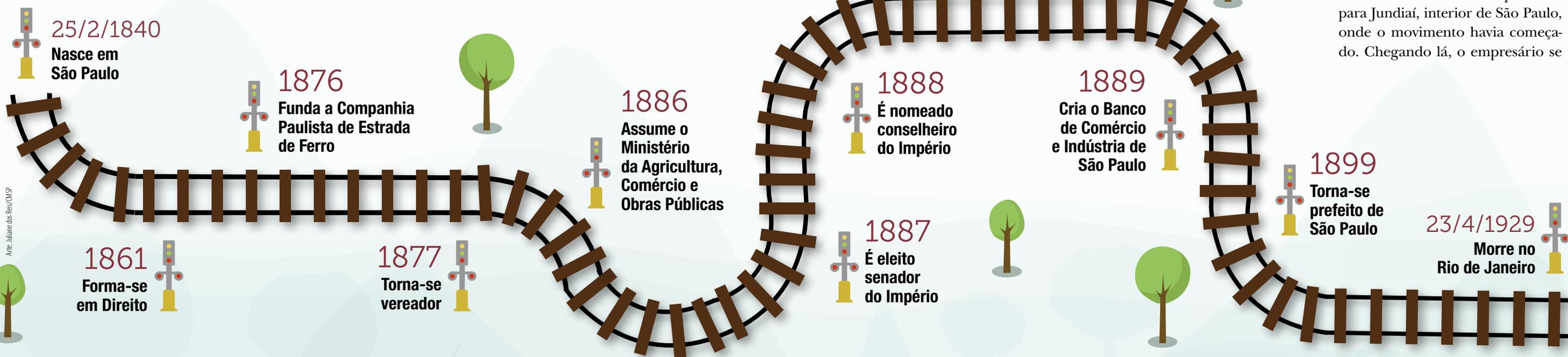
Fundou a exportadora de café Prado Chaves e Companhia (em sociedade com o cunhado Elias Pacheco Chaves) e se arriscou em áreas diversas ao criar o Banco de Comércio e

Indústria de São Paulo, a Vidraria Santa Marina, o Curtume da Água Branca, o Frigorífico de Barretos e um dos primeiros complexos turísticos do Guarujá (litoral norte de São Paulo), composto pelo Hotel La Plage, casas, embarcações e quiosques com serviço de apoio aos banhistas.

Um dos maiores sucessos empresariais de Antonio Prado foi a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, fundada em 1868 por ele e outros cafeicultores para facilitar o transporte da produção de suas fazendas. O político foi seu presidente de 1892 a 1927. Algumas vezes, para examinar melhor as condições da ferrovia, percorria o caminho sentado no limpa-trilhos da locomotiva.

Em 1906, quando era prefeito, os ferroviários entraram em greve. Antonio Prado deixou a capital e foi para Jundiaí, interior de São Paulo, onde o movimento havia começado. Chegando lá, o empresário se

**Conselheiro empreendedor**





**CORTESIA**  
Quando deixou a Prefeitura, em 1911, Prado abriu os salões de seu palacete para a multidão

mostrou irreduzível. A situação se agravou e a paralisação se espalhou por outras cidades, até a capital. Foi a primeira grande greve do Estado. As autoridades reagiram com repressão e censura à imprensa. Durante um tiroteio em Jundiaí, duas pessoas morreram. No dia seguinte, o 15º do movimento, os trabalhadores encerraram o movimento. “O único vencedor nesta luta será a força”, previu o político logo que a greve começou.

Os empresários elogiaram a atitude de Prado, mas o jornal *O Povo*, da comunidade italiana, o chamou de “Ropesbierre da burguesia”, em referência ao líder da Revolução Francesa conhecido por ter guilhotinado milhares de pessoas.

De acordo com o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, no livro *A capi-*

*tal da vertigem*, ninguém resume como Antonio Prado “as virtudes e as insuflências, a determinação e as condições do paulista da elite” no final do Império e começo da República.

Após deixar a Prefeitura, Prado não atuou mais na vida pública. Entretanto, em 1926, participou da fundação do Partido Democrático, criado para fazer oposição ao tradicional Partido Republicano Paulista (PRP). A reunião foi realizada em sua casa, demonstrando que seu prestígio continuava alto.

Vítima de arteriosclerose, Prado morreu aos 89 anos no Rio de Janeiro, em 1929. Na época, Antonio da Silva Prado Filho era o prefeito da capital federal. O corpo foi transferido pra São Paulo e enterrado no Cemitério da Consolação.

Pompeu de Toledo afirma em seu livro que Antonio Prado, por ter atuado em tantas áreas e por ser “sisudo, trabalhador, dinâmico e empreendedor”, representava “uma ideia do paulistano que atravessará” o século 20. 

#### SAIBA MAIS

##### Livros

1º Centenário do Conselheiro Antonio da Silva Prado. Vários autores. Sem editora, 1946.

*A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. Roberto Pompeu de Toledo. Objetiva, 2015

*Tudo passageiro: expansão urbana, transporte público e o extermínio dos bondes em São Paulo*. Ayrton Camargo e Silva. Annablume, 2015.

# A Câmara Municipal de São Paulo trabalha para que você não precise lembrar que ela existe.

Transparência, redução de gastos e participação do cidadão. São essas as premissas que conduzem todos os trabalhos realizados na Câmara Municipal de São Paulo. Já foram implantadas quatro CPIs: a dos Grandes Devedores, que apura o porquê da não quitação dos impostos municipais, a da Migração, a da Violência Contra as Mulheres e a da Feira da Madrugada. E também aprovou em tempo recorde a Lei da Pichação, que torna a cidade mais linda. É a Câmara Municipal de São Paulo trabalhando para melhorar a vida de quem já vive aqui, e a de quem ainda nem chegou.



Se precisar, estamos aqui:

**Portal da Câmara**  
camara.sp.gov.br

**TV Câmara**  
tvcamara.sp.gov.br / Canal Aberto Digital 61.4  
Net - Canais 13 (Cabo) e 3 (Digital)



 11 94153 3277



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

# Quer receber a **revista Apartes** em casa, gratuitamente?



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO PAULO**

Basta acessar  
[www.camara.sp.gov.br/apartes](http://www.camara.sp.gov.br/apartes)  
e preencher o cadastro.

**apartes**  
Revista da Câmara Municipal de São Paulo